

O trabalho de crianças e adolescentes no Nordeste do Brasil

Legado em Transformação



Organização Internacional do Trabalho
Programa Internacional para Eliminação
do Trabalho Infantil - IPEC

O trabalho de crianças e adolescentes
no Nordeste do Brasil

Legado em Transformação

*O trabalho de crianças e adolescentes
no Nordeste do Brasil*

Secretaria Internacional do Trabalho

Brasil

Copyright © Organização Internacional do Trabalho 2004
1ª edição 2004

As publicações da Secretaria Internacional do Trabalho gozam da proteção dos direitos autorais sob o Protocolo 2 da Convenção Universal do Direito do Autor. Breves extratos dessas publicações podem, entretanto, ser reproduzidos sem autorização, desde que mencionada a fonte. Para obter os direitos de reprodução ou de tradução, as solicitações devem ser dirigidas ao Serviço de Publicações (Direitos do Autor e Licenças), International Labour Office, CH-1211 Geneva 22, Suíça. Os pedidos serão bem-vindos.

Kassouf, Ana Lúcia.
O trabalho de crianças e adolescentes no Nordeste do Brasil/Ana
Lúcia Kassouf. – Brasília : OIT, 2004.
88 p.

ISBN 92-2-815871-9

1. Trabalho infantil. 2. Região Nordeste. 3. Brasil. I. Kassouf, Ana
Lúcia. II. Almeida, Alexandre Nunes de. III. Bezerra, Márcio Eduardo G.

As designações empregadas nas publicações da OIT, segundo a praxe adotada pelas Nações Unidas, e a apresentação de material nelas incluídas não significam, da parte da Secretaria Internacional do Trabalho, qualquer juízo com referência à situação legal de qualquer país, ao território citado, às suas autoridades ou à delimitação de suas fronteiras.

A responsabilidade por opiniões expressas em artigos assinados, estudos e outras contribuições recai exclusivamente sobre seus autores, e sua publicação não significa endosso da Secretaria Internacional do Trabalho às opiniões ali constantes.

Referências a firmas, produtos comerciais e a processos não implicam qualquer aprovação pela Secretaria Internacional do Trabalho. O fato de não se mencionar uma firma em particular, produto comercial ou processo não significa qualquer desaprovação.

Recursos para essa publicação da OIT foram fornecidos pelo Departamento de Trabalho dos Estados Unidos. Essa publicação não reflete, necessariamente, as políticas do Departamento de Trabalho dos Estados Unidos. De igual maneira, a menção de marcas, produtos comerciais ou organizações não implica em qualquer forma de endosso do Governo dos Estados Unidos.

As publicações da OIT podem ser obtidas nas principais livrarias ou no Escritório da OIT no Brasil: Setor de Embaixadas Norte, Lote 35, Brasília - DF, 70800-400, tel.: (61) 2106-4600, ou no International Labour Office, CH-1211. Geneva 22, Suíça. Catálogos ou listas de novas publicações estão disponíveis gratuitamente nos endereços acima, ou por e-mail: bravendas@oitbrasil.org.br

Visite nossa página na Internet: www.oit.org/brasil

Catálogo na Fonte: Marcos Bizerra Costa (5561) 301-1744

Impresso no Brasil

Edição

Organização Internacional do Trabalho (OIT)
Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC)
Programa de Informações Estatísticas e de Monitoramento sobre o Trabalho Infantil (SIMPOC)

Diretor do Escritório da OIT no Brasil

Armand F. Pereira

Diretor Adjunto do Escritório da OIT no Brasil

José Carlos Ferreira

Coordenador Nacional do IPEC

Pedro Américo Furtado de Oliveira

Coordenação e Supervisão Geral – SIMPOC/IPEC/OIT

Angela Martins Oliveira

Coordenadora do Estudo

Ana Lúcia Kassouf

Equipe de Trabalho

Alexandre Nunes de Almeida e Márcio Eduardo G. Bezerra

Equipe Técnica do IPEC no Brasil

Nadir Magalhães, assistente administrativa

Paula Fonseca, assistente administrativa

Revisão Técnica do Estudo

Angela Martins Oliveira, especialista sênior em estatística

Andréa Bolzon, consultora externa

Projeto Gráfico

PHD Design Gráfico

Assistente de Arte

Luciana Oliveira

Revisão de Textos

Susana Souto

Fotografias

Nicolau El-Moor



A Organização Internacional do Trabalho (OIT)

A **Organização Internacional do Trabalho** foi fundada em 1919, com o objetivo de promover a justiça social e, assim, contribuir para a paz universal e permanente. A OIT tem uma estrutura tripartite única entre as Agências do Sistema Nações Unidas, na qual os representantes de empregadores e de trabalhadores têm a mesma voz que os representantes de governos.

Ao longo dos anos, a OIT tem lançado, para adoção de seus Estados-membros, convenções e recomendações internacionais do trabalho. Essas normas versam sobre liberdade de associação, emprego, política social, condições de trabalho, previdência social, relações industriais e administração do trabalho, entre outras. A OIT desenvolve projetos de cooperação técnica e presta serviços de assessoria, capacitação e assistência técnica aos seus Estados-membros.

A estrutura da OIT compreende: **Conferência Internacional do Trabalho**, **Conselho de Administração** e **Secretaria Internacional do Trabalho**. A Conferência é um fórum mundial que se reúne anualmente para discutir questões sociais e trabalhistas, adotar e rever normas internacionais do trabalho e estabelecer as políticas gerais da Organização. É composta por representantes de governos e de organizações de empregadores e de trabalhadores dos 177 Estados-Membros da OIT. Esses três constituintes estão também representados no Conselho de Administração, órgão executivo da OIT, que decide sobre as políticas da OIT. A Secretaria Internacional do Trabalho é o órgão permanente que, sob o comando do Diretor-Geral, é constituída por diversos departamentos, setores e por extensa rede de escritórios instalados em mais de 40 países. Mantém contato com governos e representações de empregadores e de trabalhadores e marca a presença da OIT em todo o mundo do trabalho.

Publicações da OIT

A **Secretaria Internacional do Trabalho** é também instância de pesquisa e editora da OIT. Seu **Departamento de Publicações** produz e distribui material sobre as principais tendências sociais e econômicas. Publica estudos sobre políticas e questões que afetam o trabalho no mundo, obras de referência, guias técnicos, livros de pesquisa e monografias, repertórios de recomendações práticas sobre diversos temas (por exemplo, segurança e saúde no trabalho), e manuais de treinamento para trabalhadores. É também editora da *Revista Internacional do Trabalho* em inglês, francês e espanhol, que publica resultados de pesquisas originais, perspectivas sobre novos temas e resenhas de livros. O Escritório da OIT no Brasil edita seus próprios livros e outras publicações, bem como traduz para o português algumas publicações da Secretaria Internacional do Trabalho.

As publicações da OIT podem ser obtidas no Escritório da OIT no Brasil: Setor de Embaixadas Norte, lote 35, Brasília (DF), 70800-400, tel (61) 2106-4600, ou na sede da Secretaria Internacional do Trabalho: CH-1211, Genebra 22, Suíça. Catálogos e listas de novas publicações estão disponíveis nos endereços acima ou por e-mail: bravendas@oitbrasil.org.br.

Visite nossa página na Internet: www.oit.org/brasil



Sumário

Resumo executivo.....	14
Introdução.....	15
Legislação sobre trabalho infantil.....	17
Base de dados.....	19
Caracterização sócio-econômica da região Nordeste e aspectos que explicam a origem e incidência do trabalho infantil.....	21
Distribuição do trabalho infantil no Nordeste, por estado, sexo e situação do domicílio.....	25
A contribuição do rendimento do trabalho infantil nas famílias do Nordeste.....	29
Posição na ocupação das crianças e adolescentes de 5 a 15 anos de idade na região Nordeste.....	37
Trabalho infantil e ramo de atividade econômica.....	41
Ocupações perigosas e acidentes de trabalho.....	45
1. Tipo de machucado decorrente do trabalho infantil.....	50
2. Treinamento para evitar machucado e equipamento de proteção.....	54
Satisfação com o trabalho e decisão sobre o trabalho.....	59
Trabalho infantil e educação no Nordeste.....	65
Programas de transferências de renda para combater o trabalho infantil e incentivar a educação.....	81
1. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI.....	81
2. Bolsa Escola.....	82
Conclusão.....	83
Referências bibliográficas.....	85

Gráficos e mapas

Gráfico 1 - Porcentagem de crianças de 10 a 14 anos economicamente ativas (trabalhando ou procurando emprego), Brasil - 1992/93, 95/99, 2001/2001.....	15
Gráfico 2 - Porcentagem de trabalho infantil, por estado da região Nordeste - 2001.....	26
Gráfico 3 - Média da renda domiciliar per capita anual em reais de 2001, por região do Brasil - 1981/1983, 1999/2001.....	30
Mapa 1 - Índice de desenvolvimento humano municipal - 2000.....	30
Gráfico 4 - Porcentagem de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos recebendo rendimento, por faixa de salário mínimo, na região Nordeste - 2001.....	34

Gráfico 5 - Porcentagem de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos de idade recebendo rendimento, por faixa de salário mínimo, nas áreas urbana e rural do Nordeste - 2001.....	35
Gráfico 6 - Porcentagem de trabalhadores de 16 anos ou mais no Nordeste, segundo os ramos de atividade - 2001.....	42
Gráfico 7 - Número e porcentagem de meninos de 5 a 15 anos trabalhando na região Nordeste - 2001.....	43
Gráfico 8 - Número e porcentagem de meninas de 5 a 15 anos trabalhando na região Nordeste - 2001.....	44
Gráfico 9 - Porcentagem de indivíduos de 5 a 17 anos que receberam algum tipo de treinamento para evitar machucados no trabalho, por estado da região Nordeste - 2001.....	56
Gráfico 10 - Porcentagem de indivíduos de 5 a 17 anos utilizando equipamento de proteção individual para evitar machucados no trabalho, por estado da região Nordeste - 2001.....	57
Gráfico 11 - Porcentagem de pessoas de 5 a 15 anos, segundo o motivo de não satisfação com o trabalho, nas regiões brasileiras - 2001.....	61
Gráfico 12 - Porcentagem de pessoas de 5 a 15 anos, segundo o motivo de não satisfação com o trabalho, por estado do Nordeste - 2001.....	62
Gráfico 13 - Taxa de analfabetismo anual das regiões brasileiras, para crianças e adolescentes de 10 a 14 anos - 1990-2001.....	66
Gráfico 14 - Número médio de anos de estudo da população de 25 anos ou mais, para as regiões brasileiras - 2001.....	66
Gráfico 15 - Defasagem média de anos de estudo na população de 10 a 14 anos de idade, nas regiões brasileiras - 1990 a 2001.....	67
Gráfico 16 - Taxa de analfabetismo anual para população de 10 a 14 anos no Nordeste - 1981-2001.....	67
Gráfico 17 - Número médio de anos de escolaridade da mãe de crianças de 5 a 15 anos que trabalham e não trabalham, por região - 2001.....	77
Gráfico 18 - Número médio de anos de escolaridade da mãe de crianças de 5 a 15 anos que trabalham e não trabalham, por estado da região Nordeste - 2001.....	78

Tabelas

Tabela 1 - PIB per capita (R\$ de 2000) de cada região e contribuição para o PIB total e índice de Gini - 1985, 1990, 1995 e 2000.....	22
Tabela 2 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando no Nordeste, por faixa etária, situação do domicílio e sexo - 2001.....	26
Tabela 3 - Número e porcentagem de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos trabalhando, por situação do domicílio e por sexo, em cada estado do Nordeste - 2001.....	27
Tabela 4 - Número e porcentagem de famílias em que os rendimentos das crianças de 5 a 15 anos	

trabalhando contribuem para certa porcentagem da renda familiar, estratificados por região - 2001.....	31
Tabela 5 - Número e porcentagem de famílias em que os rendimentos das crianças de 5 a 15 anos trabalhando contribuem para certa porcentagem da renda familiar, estratificados por situação do domicílio e por sexo, na região Nordeste - 2001.....	31
Tabela 6 - Número e porcentagem de famílias em que os rendimentos das crianças de 5 a 15 anos trabalhando contribuem para certa porcentagem da renda familiar, estratificados por estados da região Nordeste - 2001.....	32
Tabela 7 - Número e porcentagem de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos de idade, por faixa de salário mínimo e por região - 2001.....	33
Tabela 8 - Número e porcentagem de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos de idade, por faixa de salário mínimo, por sexo e por domicílio, para a região Nordeste - 2001.....	33
Tabela 9 - Número e porcentagem de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos de idade, por faixa de salário mínimo, nos estados da região Nordeste - 2001.....	36
Tabela 10 - Número e porcentagem de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos de idades ocupados na região Nordeste, segundo a posição na ocupação, sexo e situação do domicílio - 2001.....	38
Tabela 11 - Número e porcentagem de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos de idades ocupados, por estado e sexo - 2001.....	39
Tabela 12 - Taxa de crescimento ajustada do PIB regional e setoriais - 1985/94.....	41
Tabela 13 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, segundo os ramos de atividade, por região - 2001.....	43
Tabela 14 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, segundo os ramos de atividade, por estado da região Nordeste - 2001.....	44
Tabela 15 - Número e porcentagem de pessoas de 5 a 17 anos em ocupações perigosas no total de trabalhadores nessa faixa etária, por unidade da federação, região e Brasil urbano/rural - 2001.....	46
Tabela 16 - Número e porcentagem de pessoas de 5 a 17 anos que se machucaram ou não no trabalho, na região Nordeste - 2001.....	48
Tabela 17 - Número e porcentagem de pessoas de 5 a 17 anos que se machucaram no trabalho, por estado da região Nordeste - 2001.....	49
Tabela 18 - Acidentes de trabalho e doenças profissionais rurais, segundo a classificação de causas externas. Botucatu, SP, julho de 1985 a dezembro de 1986.....	50
Tabela 19 - Número e porcentagem de pessoas de 5 a 17 anos, de acordo com o tipo de machucado que sofreram no trabalho, na região Nordeste - 2001.....	52
Tabela 20 - Número e porcentagem de indivíduos de 5 a 17 anos que receberam algum tipo de treinamento para evitar machucados no trabalho, por ramo de atividade e região - 2001.....	54
Tabela 21 - Número e porcentagem de indivíduos de 5 a 17 anos que receberam algum tipo de treinamento para evitar machucados no trabalho, por estado da região Nordeste - 2001.....	55
Tabela 22 - Número e porcentagem de indivíduos de 5 a 17 anos utilizando equipamento de proteção	

individual para evitar machucados no trabalho, por região e ramo de atividade - 2001.....	56
Tabela 23 - Número e porcentagem de pessoas ocupadas de 5 a 15 anos no Nordeste que declararam estar satisfeitas no emprego, por situação do domicílio - 2001.....	59
Tabela 24 - Número e porcentagem de crianças trabalhando de 5 a 15 anos de acordo o grau de satisfação com o trabalho, por região - 2001.....	60
Tabela 25 - Número e porcentagem de pessoas ocupadas de 5 a 15 anos no Nordeste, segundo o motivo para não estarem satisfeitos com o trabalho - 2001.....	61
Tabela 26 - Número e porcentagem de pessoas ocupadas de 5 a 15 anos, por estado do Nordeste, segundo o motivo para não estarem satisfeitos com o trabalho - 2001.....	62
Tabela 27 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando de acordo com o principal motivo que tinham para trabalhar, nos meios urbano e rural da região Nordeste - 2001.....	63
Tabela 28 - Número e porcentagem de crianças trabalhando de 5 a 15 anos, de acordo a decisão de trabalhar e o ramo de atividade, no Nordeste - 2001.....	64
Tabela 29 - Número e porcentagem de crianças e adolescentes de 7 a 15 anos, em diferentes categorias, por região - 2001.....	68
Tabela 30 - Número e porcentagem de crianças e adolescentes de 7 a 15 anos, em diferentes categorias, no Nordeste, segundo o sexo e a situação do domicílio - 2001.....	69
Tabela 31 - Número e porcentagem de adolescentes de 7 a 15 anos, em diferentes categorias, por estado da região Nordeste, segundo o sexo e a situação do domicílio - 2001.....	69
Tabela 32 - Número e porcentagem de crianças de 7 a 15 anos na escola, estratificados por idade, situação do domicílio e se trabalham ou não, na região Nordeste - 2001.....	70
Tabela 33 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não, de acordo com o motivo principal para não freqüentarem a escola, por região - 2001.....	71
Tabela 34 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não na região Nordeste, de acordo com o motivo principal para não freqüentarem a escola - 2001.....	73
Tabela 35 - Número e porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não, de acordo com o motivo principal para não freqüentarem a escola, por estado da região Nordeste - 2001.....	74
Tabela 36 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando e não trabalhando no Nordeste, com relação ao número de anos de escolaridade da mãe, por situação do domicílio - 2001.....	78



Resumo executivo

Neste estudo analisa-se o trabalho de crianças e jovens de 5 a 15 anos na região Nordeste do Brasil em 2001. Apresenta-se inicialmente uma breve introdução do assunto, bem como as legislações relacionadas ao combate ao trabalho infantil. Em seguida, descreve-se a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001, coletada pelo IBGE, que é a base de dados utilizada neste estudo. Em 2001 a PNAD incluiu um suplemento especial com dados sobre o trabalho infantil, sugerido e financiado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), por meio do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), no âmbito de seu Programa de Informações Estatísticas e de Monitoramento sobre o Trabalho Infantil (SIMPOC).

Após essa parte inicial, discutem-se as características sócio-econômicas da região Nordeste, comparando-se com as demais regiões do Brasil. Analisando-se o trabalho infantil, observa-se que 50% das crianças que trabalham estão no Nordeste (1,5 milhão). As maiores porcentagens dentro do Nordeste estão nos estados do Maranhão e do Piauí, com 18% e 14%, respectivamente, do total que trabalha em cada estado, e as menores freqüências de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos trabalhando estão em Sergipe e Rio Grande do Norte, ambos com 8,5%. A quase totalidade das crianças que trabalham no Nordeste (94%) não recebe rendimentos ou recebe menos de meio salário mínimo por mês.

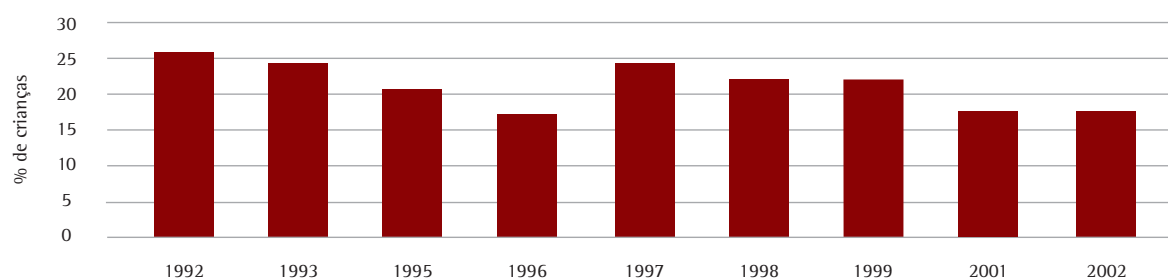
Continuando a análise, apresenta-se o perfil ocupacional das crianças e o ramo de atividade econômica em que estão inseridas. A grande maioria das crianças trabalha no ramo agrícola (65%), mas há também um número elevado no ramo de comércio (12%) e serviços (13%). A região Nordeste apresenta as porcentagens mais baixas de crianças trabalhando nos ramos social, indústria e construção-civil, quando comparada a outras regiões.

Em seguida analisam-se as ocupações perigosas, que englobam não somente as crianças de 5 a 15 anos, mas, também, os jovens entre 16 e 17 anos. Em torno de 740 mil crianças e jovens trabalhadores do Nordeste, ou 32%, estão exercendo atividades consideradas perigosas, sendo esta porcentagem a menor dentre as regiões. Investiga-se ainda a incidência de ferimentos, realização de treinamentos e uso de equipamento de proteção. São também apresentados dados sobre o nível de satisfação no emprego. Finalmente, apresentam-se informações sobre a educação e os programas de transferência de renda, bem como são tecidas algumas considerações gerais na conclusão do documento.

Introdução

Pesquisa recente da Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que, no ano 2000, havia 352 milhões de trabalhadores, com idades entre 5 e 17 anos, no mundo. Destes, 73 milhões eram crianças com menos de 10 anos de idade, quase 138 milhões tinham entre 10 e 14 anos e mais de 140 milhões eram adolescentes, na faixa etária dos 15 aos 17 anos. No mercado de trabalho de países da América Latina e Caribe, estavam inseridos mais de 27 milhões de trabalhadores de 5 a 17 anos (ILO, 2002). A incidência de trabalho infantil no Brasil vem diminuindo, ao longo dos anos, como pode ser observado no Gráfico 1. No entanto, ainda existem grandes contrastes regionais, em decorrência das desigualdades sociais e econômicas. Na região Nordeste, por exemplo, a relativamente mais pobre do país, é onde se registra o maior número de crianças e jovens trabalhando. Em 2001, mais de um e meio milhão de crianças e adolescentes, entre cinco e 15 anos, e quase 800 mil, de 16 e 17 anos, trabalhavam no Nordeste, representando 13% e 37% da população nessas faixas etárias, respectivamente. Comparando-se com outras regiões, o Nordeste supera o Sul, que tem 10% das crianças de 5 a 15 anos trabalhando, o Norte e o Centro-Oeste, ambos com 7%, e o Sudeste, com 5% (PNAD 2001).

Gráfico 1 - Porcentagem de crianças de 10 a 14 anos economicamente ativas (trabalhando ou procurando emprego) no Brasil - 1992/93, 95/99, 2001/2002



Fonte: PNADs.

O presente estudo tem por objetivo analisar o trabalho infantil na região Nordeste do Brasil, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001. Essa pesquisa trouxe um Suplemento Especial com dados sobre o trabalho infantil, que foi financiado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), no âmbito do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), por meio de seu Programa de Informações Estatísticas e de Monitoramento sobre o Trabalho Infantil (SIMPOC). Nesse estudo, foram consideradas crianças trabalhadoras as que tinham trabalhado na semana anterior à entrevista, ou se produziam alimento para consumo próprio, ou trabalhavam na construção para próprio uso, ou se trabalhavam, mas não estavam trabalhando

naquela semana, por estarem de férias ou por terem problemas de saúde¹. Dessa forma, o trabalho doméstico no próprio domicílio não está incluído nas ocupações das crianças, o que pode subestimar os resultados encontrados, principalmente, no caso das meninas.

¹ Alguns autores consideram não só crianças trabalhando, mas também as que estão procurando emprego, isto é, as economicamente ativas.

Legislação sobre trabalho infantil

Na segunda metade do século XX, registraram-se diversos avanços, no que compete à legislação nacional e internacional, na luta pela erradicação do trabalho infantil.

Dentre as iniciativas, destacam-se as Convenções nº 138 e nº 182 da OIT. A Convenção nº 138, de 6 de julho de 1973, constitui-se em um compromisso dos países membros da OIT, no sentido de elevar, progressivamente, a idade mínima para ingresso no mercado de trabalho, a qual não pode ser inferior à idade de conclusão da escolaridade compulsória. Em 1º de junho de 1999, a Convenção nº 182 reiterou a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, como prioridade da ação nacional e internacional.

No Brasil, a busca da proteção à criança e ao adolescente adquire novo sentido, a partir da Constituição de 1988, cujo texto afirma que:

Artigo 227: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida , à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e

comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Parágrafo 3º I: Observado o disposto no artigo 7 , XXXIII, a idade mínima para admissão no trabalho é de 14 anos.

Mas o principal marco regulatório sobre os direitos da criança e do adolescente, no Brasil, é a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que também dispõe sobre o acesso ao mercado de trabalho. A Lei 10.097/2000, por sua vez, permitiu que o Brasil obtivesse mais um avanço na regulamentação do trabalho exercido por crianças e adolescentes, ao alterar a redação de alguns artigos constantes no Capítulo IV, da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que dispõe sobre a proteção do trabalho do menor:

Artigo 402: Considera-se menor para os efeitos desta Consolidação o trabalhador de quatorze até dezoito anos.

Artigo 403: É proibido qualquer trabalho a menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

Parágrafo único: O trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que

O trabalho na condição de aprendiz diz respeito à possibilidade de adolescentes e jovens com idade entre 14 e 18 anos incompletos integrarem o mercado de trabalho, desde que amparados por um contrato de trabalho especial, com registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social e garantia de frequência escolar, até que tenham completado, no mínimo, o Ensino Fundamental.



Base de dados

A PNAD foi implantada progressivamente, a partir de 1967, e trata-se de um sistema de pesquisas por amostra de domicílios que investiga diversas características sócio-econômicas, como: educação, trabalho, rendimento e habitação. Esporadicamente, outras características sócio-econômicas são investigadas

A pesquisa abrange a população residente nas unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos).

As características gerais de migração e de educação são pesquisadas para todas as pessoas, enquanto as características de trabalho e rendimento são investigadas para as pessoas de 5 anos ou mais de idade. A pesquisa, hoje realizada com periodicidade anual, foi interrompida para a realização dos censos demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000, e também não foi realizada no ano de 1994. Em 2001, foi incluído um suplemento especial com informações sobre o trabalho de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade, no qual se baseia este relatório.

A abrangência geográfica da PNAD ampliou-se gradativamente e apresenta a mesma estrutura desde 1981, excluindo somente a área rural da Região Norte, com exceção do Estado do Tocantins. A classificação das áreas urbana e rural é feita de acordo com a legislação vigente, por ocasião dos censos demográficos. Portanto, a definição estabelecida por ocasião do Censo Demográfico de 2000 foi utilizada na PNAD de 2001.

Na PNAD 2001, foram pesquisadas 378.837 pessoas, a data de referência utilizada foi o dia 29 de setembro. A PNAD é realizada por meio de uma amostra probabilística de domicílios obtida em três estágios de seleção: unidades primárias - municípios; unidades secundárias - setores censitários; e unidades terciárias - unidades domiciliares. No primeiro estágio, as unidades (municípios) foram classificadas em duas categorias: auto representativas (probabilidade 1 de pertencer à amostra) e não auto-representativas. Os municípios pertencentes à segunda categoria passaram por um processo de estratificação e, em cada estrato, foram selecionados aqueles com reposição e com probabilidade proporcional à população residente obtida no censo demográfico de 2000.

No segundo estágio, as unidades (setores censitários) foram selecionadas, em cada município da amostra, também com probabilidade proporcional e com reposição, sendo utilizado o número de unidades

domiciliares existentes por ocasião do censo demográfico de 2000, como medida de tamanho.

No último estágio, foram selecionados, com equiprobabilidade, em cada setor censitário da amostra, os domicílios particulares e as unidades de habitação em domicílios coletivos, para investigação das características dos moradores e da habitação.

A expansão da amostra baseia-se em estimadores de razão cuja variável independente é a projeção da população residente, segundo o tipo de área (região metropolitana e não metropolitana). Essas

2000, sob hipóteses de crescimento associadas a taxas de fecundidade, mortalidade e migração. O desenho amostral estabelecido na pesquisa permite a expansão dos resultados para todo o país, assim como para suas regiões, estados e áreas metropolitanas.

Este relatório dará ênfase às crianças de 5 a 15 anos, pois o trabalho é permitido a partir dos 16 anos (exceto na condição de aprendiz, que é permitido a partir dos 14 anos). Para a análise das ocupações perigosas, a faixa etária será estendida até os 17 anos de idade, dado que a lei proíbe trabalhos perigosos para menores de 18 anos.



Caracterização sócio-econômica da região Nordeste e aspectos que explicam a origem e incidência do trabalho infantil

Segundo o Censo Demográfico de 2000, a região Nordeste é a segunda mais populosa do país, com 28,1% (48 milhões) de toda a população brasileira. Além disso, o Nordeste é a região com a maior porcentagem da população vivendo nas áreas rurais (cerca de 30%).

Mesmo tendo havido melhora nos indicadores sócio-econômicos do Nordeste nos últimos anos, essa região ainda convive com graves problemas, resultantes de uma estrutura social marcada por profundas desigualdades, que perduraram ao longo de sua evolução histórica.

A Tabela 1 apresenta o PIB per capita das regiões, a contribuição de cada região para o PIB total brasileiro e o índice de Gini, que é uma medida de desigualdade de renda. Na comparação do Nordeste com as outras regiões do país, observa-se que, no período de 1985 a 2000, o PIB per capita cresceu em todas as regiões, com exceção do Nordeste, em que fica praticamente constante. A região Nordeste apresenta o menor PIB per capita em todo o período; bem menor, inclusive, que o da região Norte que, além dos baixos índices de condição de vida e da menor participação no total do PIB do país, tem baixa densidade demográfica. A região Sudeste apresenta o maior PIB per capita e a maior contribuição para o produto total, seguida da região Sul. Em termos de distribuição de renda, a disparidade entre regiões é ainda pior, pois justamente as regiões mais pobres são as mais desiguais, como mostra o índice de Gini². O Nordeste possui o maior indicador entre as regiões brasileiras, sendo que seu índice de Gini é de 0,67.

² Quanto mais o índice se aproxima de 1, mais desigual é a distribuição de renda.

Tabela 1 - PIB per capita (R\$ de 2000) de cada região, contribuição para o PIB total e índice de Gini - 1985, 1990, 1995 e 2000

Regiões	PIB per capita – R\$ de 2000				Contribuição PIB total (%)	Índice de Gini*
	Ano	1985	1990	1995		
N	3.800	4.381	4.450	4.461	4,60	0,65
NE	2.678	2.761	2.658	2.681	13,09	0,67
SE	7.711	7.760	8.232	8.524	57,79	0,61
S	6.085	6.506	6.636	6.944	17,57	0,58
CO	3.964	4.538	4.263	4.402	6,95	0,63

Fonte. IPEADATA (2004), IPEA; * Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2000), PNUD.

As diferenças sócio-econômicas entre as regiões do Brasil são marcantes. O Sudeste e o Sul do país destacam-se do Norte e Nordeste, quanto à renda, à escolaridade, à saúde, à produção agrícola e a muitos outros aspectos. Alguns autores explicam essas desigualdades como sendo resultado de uma cultura social ligada à uma sociedade patriarcal e elitista de décadas passadas, enquanto outros consideram os fatores climáticos como sendo o principal impedimento para o desenvolvimento, especialmente na área rural. Cerqueira et al. (1999) sugerem que há um desconhecimento total ou parcial da realidade nordestina por parte dos idealizadores de políticas. No caso da seca, especificamente, os autores comentam que, em países ao norte do planeta, não se combate a neve, convive-se com ela. Citando um estudo do Banco Mundial, afirmam ainda que, dentre os fatores capazes de dificultar o sucesso dos programas de desenvolvimento no meio rural, podem ser citados o excesso de componentes e a complexidade destes programas, a falta de pacotes técnicos para aumentar a produtividade dos pequenos produtores e a baixa participação destes no processo. Do ponto de vista institucional, há ainda problemas que afetam diretamente todas as políticas públicas brasileiras, como a enorme burocracia nas transferências de recursos aos órgãos regionais executores e as elevadas taxas de inflação observadas na década de 80.

Desde a década de 60, esforços governamentais vêm sendo feitos para tentar diminuir a desigualdade regional. No entanto, apesar das promessas de mudança nos focos das políticas públicas apresentadas a cada processo eleitoral, ainda existe um grande diferencial entre a pobreza e a riqueza observado, principalmente, entre as regiões Nordeste e Sudeste.

Azzoni et al. (2000), analisando os PIB's per capita estaduais de vários anos, observaram que, em 1960, cerca de 9 estados, entre os 10 mais pobres, eram da região Nordeste. A partir dessa data, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul apresentaram PIB's per capita superiores ao da média nacional. Na região Nordeste, a situação não mudou muito; em 1995, cerca de oito estados dessa região estavam entre os mais pobres do Brasil. Os autores, utilizando dados das PNAD's para explicar a renda per capita dos estados brasileiros, sugerem que variáveis de ordem geográfica, como clima, bem como variáveis de infra-estrutura pública e privada são importantes para explicar diferenças

nos níveis e no crescimento de renda entre os estados, além, é claro, dos investimentos em educação e mercados de trabalho mais dinâmicos, como se observa nos estados do Centro-Sul.

Ferreira (2000), analisando os fatores que explicam as desigualdades regionais no Brasil a partir da década de 70, sugere que a educação ainda é uma forte variável explicativa na determinação da desigualdade brasileira. Entretanto, mesmo em menor grau, há ainda fatores diferenciados, nos postos de trabalho, que promovem segmentação e discriminação no mercado de trabalho, promovendo também desigualdade social.

A região Nordeste concentra os piores indicadores sociais do Brasil. Por exemplo, Cerqueira et al.(1999) mostram que 63% da pobreza rural está no Nordeste e que, de cada 100 nordestinos, 39 são miseráveis, com um total de 14,6 milhões na população.

Segundo o Instituto de Economia e Pesquisa Aplicada (IPEA), o Brasil possuía, em 2001, quase 58 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza, estando 49% dessa população no Nordeste³. Além disso, o Nordeste apresenta enorme desigualdade social. Praticamente metade da renda per capita gerada no Nordeste está nas mãos de apenas 10% da população, enquanto 50% da população pobre é responsável por 13% da renda per capita gerada.

Segundo Rocha (2001), os estados do Brasil com as maiores proporções de pobres são Pernambuco, Maranhão, Piauí, Ceará e Alagoas, sendo, portanto, todos da região Nordeste.

Hoffmann (2001) mostra que a desigualdade entre regiões reflete-se na desigualdade da distribuição da renda. Por exemplo, o rendimento per capita médio no estado de São Paulo é 2,73 vezes maior do que no Nordeste. As pessoas com rendimento per capita acima de R\$1.000,00, na área urbana, e R\$300,00, no meio rural, constituem os 5% mais ricos de cada área, que, nos dois casos, ficam com 32,7% da renda total declarada. Utilizando a PNAD de 1998, Hoffmann constatou que, do total de 154 milhões de pessoas com declaração de rendimento familiar per capita, 44 milhões são pobres, isto é, estavam abaixo da linha de pobreza de meio salário mínimo ou R\$ 65,00 per capita, em setembro de 1998, o que representa uma proporção de pobres de 28,5%. A região Nordeste tem 52% do total de pessoas pobres e destaca-se por apresentar medidas de pobreza cujo valor está próximo do dobro do observado para o país.

A privação do atendimento às necessidades básicas da população carente (como a saúde e educação de boa qualidade, saneamento e melhoria nas condições de higiene, moradia, alimentação, transporte) e a concentração de terra, além da falta de acesso, por parte dos pobres, às instituições públicas e à liberdade de escolha, fundamental para seu processo de cidadania, são alguns dos elementos que merecem atenção, numa intervenção pública de combate à pobreza.

³ Linha de pobreza e indigência: número de domicílios familiares cuja renda per capita (incluindo rendimentos em espécie, mas sem imputação do valor do aluguel) é insuficiente para adquirir cesta de produtos alimentares para suprir o mínimo per capita de calorias diárias recomendada pela FAO (2100 calorias), sem considerar idade, sexo, ou qualquer outro atributo dos residentes do domicílio. A cesta de produtos alimentares é fixa, porém diferenciada para as grandes regiões do país, com base nos padrões alimentares dos domicílios de baixa renda (ou seja, os 20% mais pobres, na distribuição de renda), observados na Pesquisa do Orçamento Familiar (POF) de 1996. Os preços dos produtos alimentares utilizados na valoração da Linha de Pobreza diferem por estado e, dentro desses, para regiões metropolitanas, para as quais se dispõe de informações na POF. O número de pobres, por sua vez, é determinado pelo número de família cuja renda é menor do que o valor em reais do orçamento recomendado pela FAO multiplicado pelo inverso da participação do valor dos produtos não alimentares, no orçamento de um domicílio padrão de baixa renda, que também se diferencia por grande região.

Na zona rural nordestina, encontra-se grande parte dos pobres, estando a pobreza dessa área associada a um problema histórico de concentração de terras, já que 53% das propriedades rurais têm apenas 10 hectares, que representam somente 3% das terras, geralmente, com baixo potencial agrícola. Os latifundiários, por sua vez, representam 0,83% dos agricultores e possuem 43,5% das terras. Essa pobreza rural está relacionada à questão da entrada do capital no campo e à sua forma de exploração e, ainda, a outros graves obstáculos advindos do número excessivo de pessoas numa mesma família, cujos chefes, em sua maioria, são analfabetos ou têm menos de quatro anos de estudo, além de muitas crianças, entre 7 e 14 anos, estarem fora da escola⁴. O baixo nível educacional e a falta de treinamento de uma enorme parte da população pobre do meio rural diminuem as chances de buscar novas oportunidades de emprego e o acesso a tecnologias que aumentem a produção agrícola. O Nordeste também se caracteriza pela produção de subsistência, dificuldades de acesso a serviços, como: água encanada, sistema de esgoto, eletricidade, infra-estrutura de escoamento de suas produções, além de outros.

Rocha (2003) analisa as características de pessoas pobres e não-pobres, a partir da PNAD de 1999, e relaciona pobreza e trabalho infantil. Sua definição de pobreza refere-se a famílias com renda insuficiente para atingir um mínimo de necessidades básicas, que inclui uma cesta alimentar e outras necessidades não-alimentares⁵. A proporção de pobres, em 1999, era de 34,9% e afetava principalmente as crianças (enquanto 48,9% das crianças de 8 a 9 anos são pobres, apenas 15,9% das pessoas de 60 ou mais anos o são). A autora mostra que 15,9% das crianças pobres trabalham, enquanto apenas 11,1% das não-pobres o fazem. Esses resultados indicam a existência de relação entre trabalho infantil e pobreza, sendo que a pobreza incide mais sobre famílias com crianças, as quais apresentam maior probabilidade de trabalho e menor frequência escolar.

Sabe-se que as disparidades sociais existentes agravam-se, quando o foco da análise é a região Nordeste. Na educação, por exemplo, entre as crianças e os adolescentes de 10 a 14 anos de idade, a defasagem escolar é maior nessa região, em média, dois a três anos de estudos a menos. A taxa de analfabetismo para essa faixa etária também é acentuada, em relação às demais regiões, cerca de 9,5%. Segundo o UNICEF (2003), no Nordeste, juntamente com a região Norte, as crianças e jovens apresentam 16 vezes mais chances de não aprenderem a ler e escrever, quando comparados com os das regiões Sul e Sudeste. E acrescenta ainda que a possibilidade de uma criança morrer antes de completar um ano de idade é quatro vezes maior.

Finalmente, esse quadro não favorável de indicadores sociais, consolidado nas desigualdades existentes, contribui para o aparecimento e crescimento do trabalho infantil nessa região, também justificado como uma saída para melhorar as condições de vida a que estes indivíduos e suas famílias estão submetidos.

⁴ <http://www.actionaid.org.br/poverty/p/povimb.htm> (5/4/2004)

⁵ As cestas de consumo foram definidas por Rocha (2003), a partir dos padrões de consumo da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 1987/88, e a renda familiar per capita foi definida a partir da PNAD.

Distribuição do trabalho infantil no Nordeste, por estado, sexo e situação do domicílio

A região Nordeste possui uma população de, aproximadamente, 48 milhões de habitantes, distribuída em nove estados: Maranhão (MA), Piauí (PI), Ceará (CE), Rio Grande do Norte (RN), Paraíba (PB), Pernambuco (PE), Alagoas (AL), Bahia (BA) e Sergipe (SE). Dessa população, mais de 11 milhões são crianças e adolescentes entre 5 e 15 anos de idade, dos quais, 1,5 milhão, aproximadamente 13%, trabalhavam em alguma atividade produtiva, de acordo com os microdados da (PNAD) realizada em 2001. O Nordeste é a região com maior incidência de trabalho infantil no país. Essa maior proporção pode ser atribuída ao fato de esta região deter os piores indicadores educacionais e ser também a que possui maior número de pobres, determinantes principais do trabalho infantil.

Estudo da OIT (2000) atribui a ocorrência de trabalho infantil no Brasil e em suas regiões, de uma maneira mais abrangente, às deficiências na elaboração e implementação de políticas públicas nas áreas de educação, saúde, saneamento, cultura e lazer, além de uma fraca fiscalização do trabalho. O trabalho infantil no Nordeste também é atribuído a um modelo econômico que não caminha em direção ao desenvolvimento social, gerando concentração de renda, desemprego e baixos salários, e esse modelo tem efeitos negativos e diretos na estrutura social familiar e individual de crianças e adolescentes. Das crianças e dos adolescentes de 5 a 15 anos que trabalham, 50% estão na região Nordeste, sendo 68% deles meninos. A Tabela 2 traz o número e a porcentagem de crianças e adolescentes que trabalham no Nordeste, segundo a faixa etária, a situação domiciliar e o sexo. Os resultados mostram que há um maior número de trabalhadores do sexo masculino, nas áreas rurais e na faixa etária de 11 a 15 anos no Nordeste. Rocha (2003) argumenta que a diferença de sexo pode ocorrer em função de, geralmente, os trabalhos dos meninos serem mais reconhecidos socialmente do que as atividades domésticas desempenhadas pela maioria das meninas.



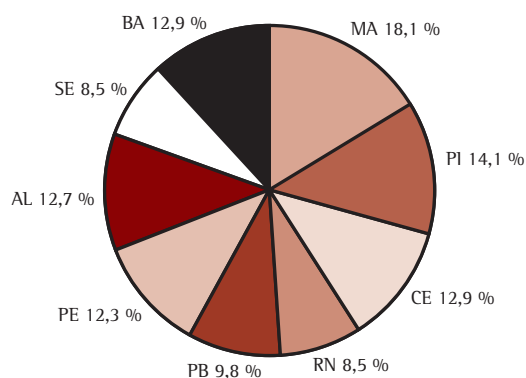
Tabela 2 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando no Nordeste, por faixa etária, situação do domicílio e sexo - 2001

Nordeste							
Área	Sexo	5 a 10			11 a 15		
		Total	Trabalha	%	Total	Trabalha	%
Urbano	Menino	2.096.991	48.067	2,29	1.827.782	311.126	17,02
	Menina	2.082.751	19.989	0,96	1.908.521	183.898	9,64
Rural	Menino	1.082.883	168.923	15,60	958.264	519.835	54,25
	Menina	1.010.600	62.645	6,20	874.269	218.445	24,99

Fonte: PNAD 2001.

Analisando a incidência de trabalho infantil por estado da região Nordeste, observa-se, no Gráfico 2, que as maiores proporções estão no Maranhão e no Piauí, com 18% e 14%, respectivamente, do total que trabalha em cada estado, e aqueles com menor frequência de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos trabalhando são Sergipe e Rio Grande do Norte, ambos com 8,5%.

Gráfico 2 - Porcentagem de trabalho infantil, por estado da Região Nordeste - 2001



Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 3 mostra o número e a porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, em cada estado do Nordeste, estratificados por sexo e situação do domicílio. Ao se analisar as áreas urbana e rural, separadamente, o Maranhão continua em primeiro lugar, com 32% de crianças e adolescentes trabalhando, no meio rural, e 9,6%, no meio urbano, mas Pernambuco (28%) passa a ocupar a segunda posição, no meio rural, e o Ceará (9,1%), no meio urbano. Observa-se ainda uma maior incidência do trabalho masculino no meio rural, em todos os estados. O estado do Maranhão é o que possui maior percentual de meninos do meio rural trabalhando, 44,6%, enquanto Pernambuco tem a maior porcentagem de meninas da zona rural que trabalham, com 19,2%. Na área urbana, o Maranhão também aparece como o estado que apresenta maior percentual de meninos trabalhando, com 12,4%, enquanto o Ceará tem a maior porcentagem de meninas, com 7,2%.

Tabela 3 - Número e porcentagem de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos trabalhando, por situação do domicílio e por sexo, em cada estado do Nordeste - 2001

Estados	Rural			Urbano		
	Meninos	Meninas	Total	Meninos	Meninas	Total
Maranhão	145.441	47.213	192.654	60.154	34.266	94.420
	44,63	17,13	32,00	12,36	6,86	9,60
Piauí	50.205	17.258	67.463	18.828	12.552	31.380
	31,37	12,60	22,70	10,56	5,56	7,80
Ceará	86.578	33.203	119.781	71.719	49.552	121.271
	31,82	12,78	22,50	11,04	7,24	9,10
Rio Grande do Norte	23.514	6.859	30.373	17.143	6.369	23.512
	22,86	7,65	15,80	7,49	2,96	5,30
Paraíba	33.659	7.376	41.035	29.973	11.065	41.038
	27,34	6,69	17,60	10,06	3,61	6,80
Pernambuco	103.278	53.141	156.419	50.932	23.470	74.402
	36,59	19,24	28,00	7,83	3,55	5,70
Alagoas	40.907	19.031	59.938	19.502	10.942	30.444
	33,33	14,60	23,70	8,33	4,91	6,70
Sergipe	16.493	8.415	24.908	9.093	4.035	13.128
	35,25	16,45	25,40	4,83	2,47	3,70
Bahia	188.683	88.594	277.277	81.849	51.636	133.485
	31,17	15,97	23,90	8,10	5,10	6,60

Fonte: PNAD 2001.



A contribuição do rendimento do trabalho infantil nas famílias do Nordeste

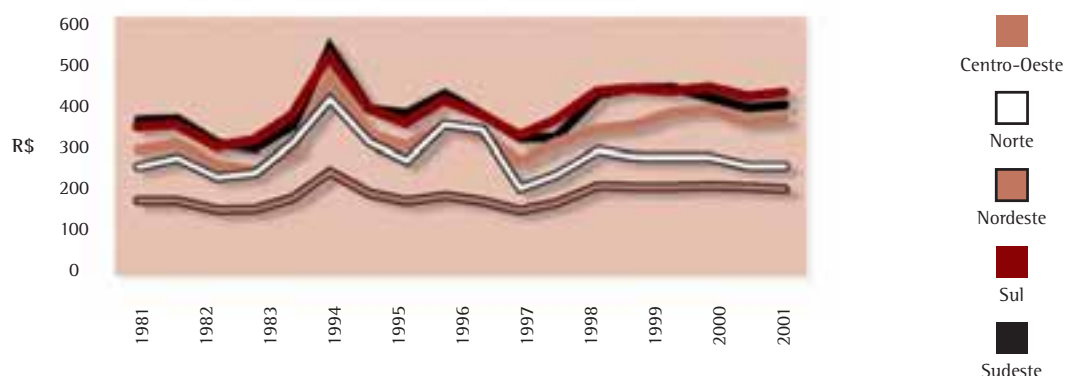
Muitos estudos consideram a renda como um dos principais fatores que levam a criança ao mercado de trabalho. Em “Combatendo o trabalho infantil: guia para educadores” da OIT (2000), a pobreza é apontada como uma variável importante na decisão de trabalhar de crianças e adolescentes. Em Néri e Costa (2002), ressalta-se a importância de efeitos micro e macroeconômicos na determinação do trabalho infantil. Segundo os autores, a escolaridade do pai e da mãe, fortemente relacionada ao grau de deficiência de renda das famílias e à pobreza, afeta a alocação do tempo das crianças e dos adolescentes, entre educação, lazer e trabalho. Além disso, observaram que, em momentos de crescimento econômico, especialmente em regiões mais desenvolvidas, as chances de ocorrer o trabalho precoce são maiores, pois aumenta a pressão da demanda por mão-de-obra, incluindo a infantil, criando-se uma visão de oportunidade versus necessidade de melhoria da renda familiar.

Para Kassouf (2002), o efeito da renda do pai e da mãe influencia na decisão de inclusão dos filhos no mercado de trabalho. A autora conclui que, quanto maior o salário dos pais, menor a probabilidade de a criança trabalhar.

Barros et al. (1994) também mostram que as famílias com baixo nível de renda têm maiores possibilidades de possuir crianças e adolescentes trabalhando, sendo a decisão de trabalhar uma função das dotações de recursos e preferências de todos os membros da família, aliadas aos preços na economia. Ersado (2002) faz um estudo dos determinantes do trabalho precoce, nas áreas urbana e rural do Nepal, Peru e Zimbábue, concluindo que a pobreza e a falta de recursos são mais relacionadas com o trabalho infantil nas áreas rurais, que são mais pobres.

A região Nordeste tem a menor renda domiciliar média per capita (R\$ 208,05 em 2001), dentre as demais regiões brasileiras, o que, de acordo com os estudos citados, pode resultar em maiores proporções do trabalho precoce, graças à importância que os proventos das atividades podem representar na composição da renda familiar. O Gráfico 3 traz a evolução da renda domiciliar média per capita, com os dados distribuídos por regiões, convertidos em reais de 2001, mostrando que o Nordeste sempre esteve atrás das demais regiões. Tentando explicar as diferenças de renda entre as regiões, Ferreira (1999) conclui que as suas causas são resultantes de interações que englobam as características específicas de cada indivíduo (raça, inteligência, sexo etc.), as adquiridas (educação, experiência etc.), aspectos demográficos (dinâmica econômica, condições estruturais), além das condições do mercado de trabalho e do mercado de grupo de fatores de produção. Segundo o autor, ao ponderar todos esses fatores, a educação teve o maior peso explicativo nas discrepâncias salariais.

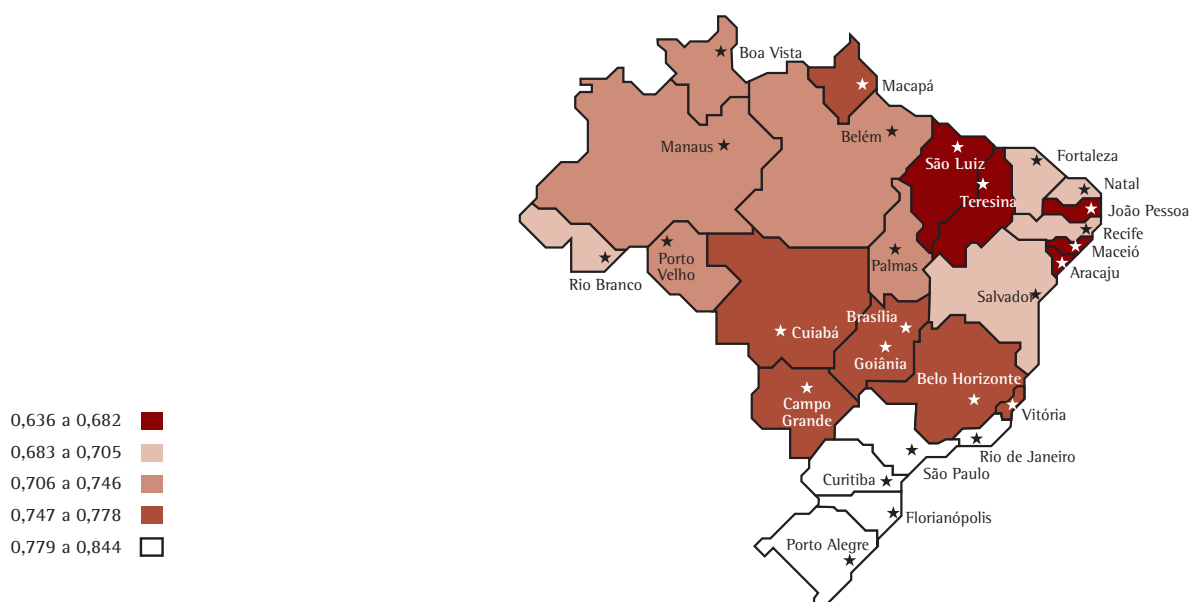
Gráfico 3 - Média da renda domiciliar per capita anual em reais de 2001 - por região do Brasil, 1981/1993, 1994/2001



Fonte: PNADs.

O Mapa1 foi elaborado com as informações contidas no Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD 2000). O mapa mostra os estados brasileiros identificados de acordo com o grau de desenvolvimento humano municipal (IDH-M), para o ano de 2000. Os estados do Nordeste figuram entre os menos desenvolvidos, ocupando as piores posições entre os 26 estados da federação mais o Distrito Federal. Os índices IDH-M no Nordeste estão na faixa de 0,636 a 0,705, sendo que Maranhão, Piauí, Paraíba, Alagoas e Sergipe apresentam os valores mais baixos (abaixo de 0,683).

Mapa 1 - Índice de desenvolvimento humano municipal, 2000



Fonte: PNUD, 2000. Atlas do Desenvolvimento Humano.

A Tabela 4 mostra, por região, a freqüência de famílias com crianças trabalhando e sendo remuneradas, cujos rendimentos contribuem para certa porcentagem da renda familiar. Observa-se que a maior contribuição dos rendimentos das crianças na renda familiar ocorre na região Nordeste, quando comparada a outras regiões. Em 48% das famílias nordestinas com filhos de 5 a 15 anos trabalhando

e recebendo rendimentos, a contribuição destes é de mais de 20% da renda familiar. Ademais, em 18% das famílias, a contribuição das crianças chega a mais de 40%, sendo essa porcentagem igual a 10%, na região Sudeste; 9%, no Norte; 8%, no Centro-Oeste; e 7%, no Sul.

Tabela 4 – Número e porcentagem de famílias em que os rendimentos das crianças de 5 a 15 anos trabalhando contribuem para certa porcentagem da renda familiar, estratificados por região* - 2001

Contribuição (%) dos rendimentos das crianças de 5 a 15 anos na renda familiar	Nordeste	Norte**	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
(0 - 10]	90.418	21.284	25.362	121.982	46.475
	27,54	32,14	30,12	35,56	33,74
(10 - 20]	81.510	20.735	27.564	102.709	45.479
	24,83	31,31	32,73	29,95	33,02
(20 - 30]	54.708	12.224	16.086	57.722	23.025
	16,67	18,46	19,10	16,83	16,72
(30 - 40]	41.216	5.974	8.455	27.754	13.464
	12,56	9,02	10,04	8,09	9,78
(40 - 100]	60.407	6.001	6.743	32.819	9.291
	18,40	9,06	8,01	9,57	6,75

Fonte: PNAD 2001.
* Inclui somente crianças com rendimento positivo.
** Exclui a área rural de todos os estados, exceto Tocantins.

A Tabela 5 traz a mesma análise anterior, porém, somente para a região Nordeste, estratificando os dados por sexo e situação do domicílio. Nas áreas rurais nordestinas, em razão de uma maior quantidade de famílias de baixa renda, a contribuição das crianças é maior. Analisando diferenças de sexo, observa-se que 21% dos meninos e 14% das meninas contribuem com mais de 40% da renda familiar, tanto na área urbana, quanto na rural.

Tabela 5 - Número e porcentagem de famílias em que os rendimentos das crianças de 5 a 15 anos trabalhando contribuem para certa porcentagem da renda familiar, estratificados por situação do domicílio e por sexo na Região Nordeste* - 2001

Contribuição (%) dos rendimentos das crianças de 5 a 15 anos na renda familiar	Nordeste							
	Urbano				Rural			
	Meninos		Meninas		Meninos		Meninas	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
(0 - 10]	40.605	25,61	31.577	38,28	10.432	17,57	7.804	28,01
(10 - 20]	39.600	24,97	20.245	24,54	15.515	26,14	6.150	22,08
(20 - 30]	26.484	16,70	10.354	12,55	11.476	19,33	6.394	22,95
(30 - 40]	19.005	11,99	9.002	10,91	9.585	16,15	3.624	13,01
(40 - 100]	32.867	20,73	11.304	13,70	12.351	20,81	3.885	13,95

Fonte: PNAD 2001.
*Inclui somente crianças com rendimento positivo.

Na Tabela 6, é possível analisar a contribuição do rendimento obtido com o trabalho infantil na renda familiar, em cada estado da região Nordeste. Percebe-se que, para aqueles estados com os piores indicadores de desenvolvimento, como Maranhão e Alagoas, cresce a importância da renda proveniente do trabalho de menores de 16 anos de idade na renda da família. Nesses dois estados, mais de 27% e 24%, respectivamente, das crianças que trabalham são responsáveis por mais de 40% da renda familiar. Por outro lado, no Piauí a porcentagem é de 7%.

Tabela 6 - Número e porcentagem de famílias em que os rendimentos das crianças de 5 a 15 anos trabalhando contribuem para certa porcentagem da renda familiar, estratificados por estados da região Nordeste* - 2001

Estado	Contribuição (%) dos rendimentos das crianças de 5 a 15 anos na renda familiar				
	(0 - 10]	(10 - 20]	(20 - 30]	(30 - 40]	(40 - 100]
Maranhão	8.378	9.138	10.657	7.615	12.946
	17,19	18,75	21,87	15,63	26,56
Piauí	5.753	3.661	1.046	2.615	1.046
	40,74	25,93	7,41	18,52	7,41
Ceará	24.756	16.403	11.186	4.377	7.918
	38,30	25,38	17,31	6,77	12,25
Rio Grande do Norte	3.919	2.939	980	1.469	1.959
	34,79	26,09	8,70	13,04	17,39
Paraíba	5.995	4.612	3.227	3.688	2.305
	30,24	23,26	16,28	18,60	11,63
Pernambuco	10.633	13.439	6.480	5.534	10.631
	22,76	28,77	13,87	11,85	22,76
Alagoas	951	4.281	1.426	2.377	2.855
	8,00	36,01	11,99	19,99	24,01
Sergipe	1.684	3.365	2.355	1.345	1.347
	16,68	33,33	23,33	13,32	13,34
Bahia	28.349	23.672	17.351	12.196	19.400
	28,08	23,45	17,18	12,08	19,21

Fonte: PNAD 2001.
*Inclui somente crianças com rendimento positivo.

A Tabela 7 mostra a porcentagem de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos, por faixa salarial, em cada região do Brasil. Apesar de a grande maioria receber, no máximo, meio salário mínimo, quando remunerada, em todas as regiões (78,01%, no Centro-Oeste; 84%, no Sul; 75,69%, no Sudeste; 94,12%, no Nordeste; e 80%, no Norte urbano), a região Nordeste é onde se concentra a maior proporção de crianças com os mais baixos rendimentos (94,12%). Salários mais altos têm maior frequência no Sudeste e no Sul.

Tabela 7 – Número e porcentagem de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos de idade, por faixa de salário mínimo e por região* - 2001

Região	Salário mínimo mensal**			
	0,0 - 0,5	0,5 - 1,0	1,0 - 2,0	2,0 - mais
Centro-Oeste	145.303	30.201	10.757	-
	78,01	16,21	5,78	-
Nordeste	1.438.037	78.650	10.001	1.182
	94,12	5,15	0,65	0,08
Norte***	125.081	25.347	5.407	517
	80,00	16,21	3,46	0,33
Sul	425.396	52.845	24.241	4.001
	83,99	10,43	4,79	0,79
Sudeste	533.211	117.917	46.124	7.257
	75,69	16,74	6,55	1,03

Fonte: PNAD 2001.

*Inclui somente crianças com rendimento positivo.

** O salário mínimo em setembro de 2001 era de R\$ 180,00.

*** Exclui a área rural de todos os estados, exceto Tocantins.

Das poucas crianças que recebem pagamento pelo trabalho que exercem no Nordeste, a maioria auferem rendimentos muito baixos, como pode ser observado na Tabela 8. Na área urbana, 86% dos meninos e 91% das meninas recebem até meio salário mínimo por mês, enquanto, na área rural, 97% dos meninos e 99% das meninas estão nessa situação. Menos de 1% das crianças que trabalhavam recebiam mais de um salário mínimo mensal. Ademais, observa-se que, na área urbana, os salários são um pouco melhores do que no meio rural e os meninos ganham um pouco mais do que as meninas.

Tabela 8 - Número e porcentagem de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos de idade, por faixa de salário mínimo, por sexo e por domicílio, para a região Nordeste* - 2001

Salário mínimo mensal**	Nordeste							
	Crianças 5 - 15 anos							
	Meninos				Meninas			
	Urbano	%	Rural	%	Urbano	%	Rural	%
0,0 - 0,5	307.238	86,19	668.304	97,17	185.005	91,14	277.490	98,89
0,5 - 1,0	42.377	11,89	16.823	2,45	16.543	8,15	2.907	1,04
1,0 - 2,0	6.658	1,87	1.907	0,28	1.225	0,60	211	0,08
2,0 - mais	210	0,06	761	0,11	211	0,10	-	-

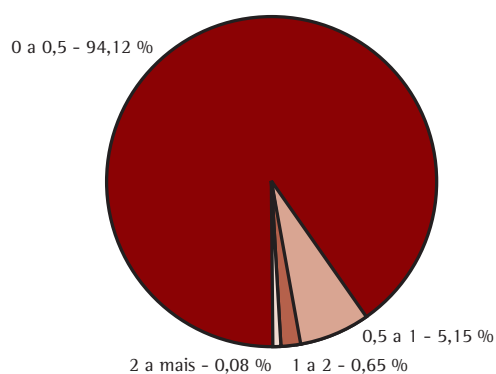
Fonte: PNAD 2001.

*Inclui somente crianças com rendimento positivo.

** O salário mínimo em setembro de 2001 era igual a R\$ 180,00.

Considerando-se todas as crianças e adolescentes de 5 a 15 anos da região Nordeste, 94% estão recebendo na faixa de 0 a 0,5 salário mínimo e 5%, entre 0,5 e um, conforme o Gráfico 4.

Gráfico 4 - Porcentagem de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos recebendo rendimento, por faixa de salário mínimo* na Região Nordeste** - 2001



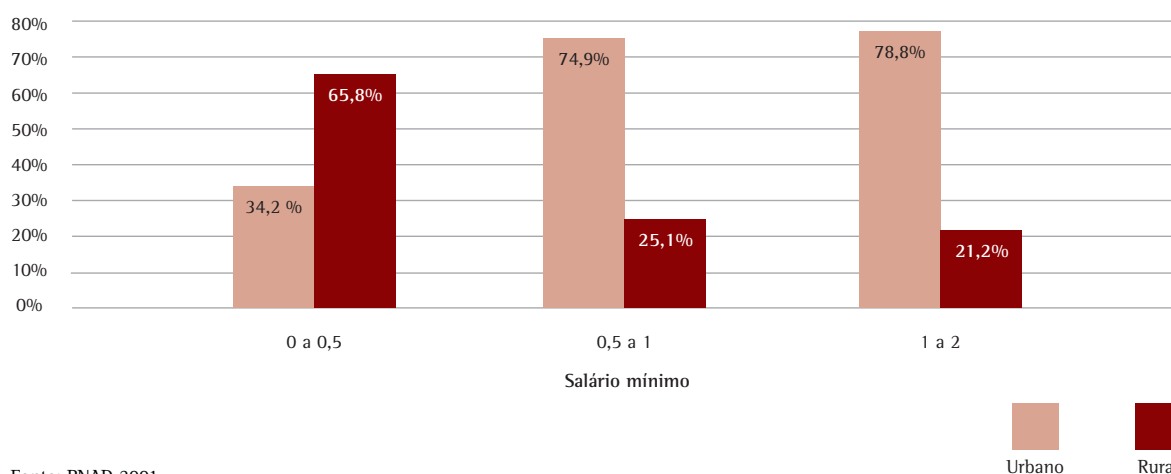
Fonte: PNAD 2001.

* O salário mínimo em setembro de 2001 era de R\$ 180,00.

** Inclui somente crianças com rendimento positivo.

No Gráfico 5, estratificam-se os dados por situação do domicílio. Das crianças de 5 a 15 anos que não ganham nada e ganham até meio salário mínimo, 66% estão no meio rural e 34%, no urbano. A situação inverte-se na faixa de meio a um salário mínimo, em que 25% das crianças estão na área rural e 75%, na urbana, e na faixa de um a dois salários, em que 21% estão na área rural e 79%, na área urbana. Assim, fica claro que, apesar de a remuneração ser baixa, tanto na área urbana, quanto na rural, a situação é pior no campo, em que a grande maioria das crianças não é paga ou recebe até meio salário mínimo.

Gráfico 5 - Porcentagem de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos de idade recebendo rendimento, por faixa de salário mínimo*, nas áreas urbana e rural do Nordeste**, 2001



Fonte: PNAD 2001.

* O salário mínimo em setembro de 2001 era de R\$ 180,00.

**Inclui somente crianças com rendimento positivo.

Ao se analisar a porcentagem de crianças por faixa salarial e por estado da região Nordeste, observa-se, na Tabela 9, que, no Piauí e em Sergipe, mais de 97% das crianças e adolescentes de 5 a 15 anos concentram-se na faixa de 0 a 0,5 salário mínimo. As menores proporções para a faixa mais baixa foram encontradas em Pernambuco, Maranhão e Bahia, com 93% das crianças. Em Alagoas e Sergipe, não há casos de crianças recebendo mais de um salário mínimo e, mesmo nos estados onde há uma melhor remuneração, a proporção é baixíssima.



Tabela 9 - Número e porcentagem de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos de idade, por faixa de salário mínimo, nos estados da região Nordeste* - 2001

Estado	Salário mínimo mensal			
	0,0 - 0,5	0,5 - 1,0	1,0 - 2,0	2,0 - mais
Maranhão	267.275	18.277	761	761
	93,10	6,37	0,27	0,27
Piauí	96.228	2.092	523	-
	97,35	2,12	0,53	-
Ceará	227.512	10.650	1.551	421
	94,74	4,44	0,65	0,18
Rio Grande do Norte	51.926	1.469	490	-
	96,36	2,73	0,91	-
Paraíba	78.385	2.305	1.383	-
	95,51	2,81	1,69	-
Pernambuco	213.690	12.939	2.943	-
	93,08	5,64	1,28	-
Alagoas	85.626	4.756	-	-
	94,74	5,26	-	-
Sergipe	37.026	1.010	-	-
	97,34	2,66	-	-
Bahia	380.369	25.152	2.350	-
	93,26	6,17	0,58	-

Fonte: PNAD 2001.

*Inclui somente crianças com rendimento positivo.



Posição na ocupação de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos de idade que trabalham na região Nordeste

As informações fornecidas pela Tabela 10 revelam que o trabalho exercido pelos menores de 16 anos de idade, na região Nordeste, configura-se, em sua maioria, pela informalidade, havendo uma grande quantidade de trabalhadores sem carteira e sem remuneração, como também trabalhando para consumo próprio ou por conta própria. Na análise dos percentuais de crianças e adolescentes por posição na ocupação na região Nordeste, verificou-se que 44% dos meninos das áreas urbanas são trabalhadores não remunerados. Há também, entre os meninos urbanos, uma alta porcentagem na condição de outros empregados sem carteira (33,4%) e conta própria (15,3%).

Ainda com base na Tabela 10, observa-se que a grande maioria dos meninos do meio rural não recebe pagamento pelo trabalho exercido (78% não remunerado e 11% produção para próprio consumo), o que pode ser justificado pela prática das atividades agrícolas, principalmente, na agricultura familiar. Observa-se, nos dados da PNAD (2001), que as principais ocupações desempenhadas pelos meninos da área urbana nordestina são ambulante (46.221), ajudantes de pedreiros (14.998), cozinheiro e garçom (11.321), mecânico (13.436) e condicionador (4.792). As atividades econômicas nas quais mais ocorre o trabalho infantil serão alvo de análise mais detalhada, em capítulos posteriores. No trabalho infantil feminino, há também a prevalência do trabalho não remunerado, tanto no meio urbano como no rural, com 38% e 68%, respectivamente. Para as meninas urbanas, é grande a importância do trabalho doméstico sem carteira (31,8%). Já na zona rural, destacam-se as atividades produtivas ligadas à agricultura para consumo próprio (18,4%).

Para a OIT (2000), a alta frequência de trabalho não remunerado e a grande ocorrência de informalidade do trabalho infantil devem-se, dentre outros fatores, à vulnerabilidade das crianças e dos adolescentes que trabalham, diante dos problemas sociais que enfrentam. Existe, também, a relação “necessidade e oportunidade” vista pelas crianças e por seus pais como uma chance de melhorar a renda familiar. Ainda, a visão de lucratividade dos empregadores e a deficiência na fiscalização, por parte das instituições responsáveis pelo controle do trabalho precoce, levam ao trabalho infantil e à sua baixa remuneração.

Tabela 10 – Número e porcentagem de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos de idades ocupados, na região Nordeste, segundo a posição na ocupação, sexo e situação do domicílio - 2001

Posição na ocupação	Nordeste							
	Menino				Menina			
	Urbano	%	Rural	%	Urbano	%	Rural	%
Empregado com carteira	420	0,12	482	0,07	-	-	-	-
Outros empregados sem carteira	119.915	33,38	58.545	8,50	31.187	15,30	15.063	5,36
Trabalhador doméstico com carteira	-	-	-	-	212	0,10	-	-
Trabalhador doméstico sem carteira	8.313	2,31	4.064	0,59	64.821	31,79	12.848	4,57
Trabalhador doméstico sem declaração de carteira	-	-	-	-	-	-	-	-
Conta própria	55.107	15,34	12.836	1,86	25.865	12,69	9.169	3,26
Trabalhador na produção para o próprio consumo	13.872	3,86	76.429	11,10	5.006	2,46	51.662	18,38
Trabalhador na construção para o próprio uso	3.572	0,99	-	-	-	-	519	0,18
Não remunerado	157.994	43,99	536.402	77,88	76.796	37,67	191.829	68,24

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 11 mostra o número e a porcentagem de crianças de 5 a 15 anos de idade, por posição na ocupação, em cada estado da região Nordeste, estratificados por sexo. Em todos os estados, predomina o trabalho não remunerado, tanto para meninas quanto para meninos. Para todos os estados, exceto Pernambuco, a categoria com a segunda maior porcentagem, no caso de meninos, é “outros empregos sem carteira”, vindo em seguida “trabalhador na produção para próprio consumo”. Para as meninas, a segunda maior porcentagem de crianças trabalha como doméstica sem carteira, em todos os estados, exceto Rio Grande do Norte, Pernambuco e Sergipe, onde a posição “trabalhador na produção para próprio consumo” fica em segundo lugar.

Destacam-se a alta porcentagem de meninos trabalhando na posição “outros empregados sem carteira”, no Ceará (25%) e na Bahia (22%), e, também, a elevada porcentagem de meninas na categoria “conta própria”, no Ceará e Sergipe (ambos 16%), e de meninos, em Sergipe (14,5%).

Tabela 11 - Número e porcentagem de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos de idades ocupados, por estado e sexo - 2001

Estado	Sexo	Outros Empregados sem carteira		Trabalhador doméstico sem carteira		Conta própria		Trabalhador na produção para o próprio consumo		Não remunerado	
		Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Maranhão	meninos	16.755	8,15	5.329	2,59	12.182	5,93	9.134	4,44	160.672	78,15
	meninas	2.285	2,80	17.514	21,50	6.090	7,47	13.707	16,82	41.883	51,40
Piauí	meninos	7.322	10,61	1.569	2,27	3.138	4,55	1.046	1,52	55.958	81,06
	meninas	3.138	10,53	3.661	12,28	2.092	7,02	3.660	12,28	17.259	57,90
Ceará	meninos	39.403	24,89	2.047	1,29	5.640	3,56	8.429	5,32	100.733	63,64
	meninas	9.692	11,71	14.778	17,86	13.457	16,26	2.620	3,17	42.208	51,00
Rio Grande do Norte	meninos	4.408	10,84	-	-	5.387	13,25	8.327	20,48	22.535	55,43
	meninas	1.960	14,82	2.940	22,23	-	-	3.429	25,92	4.899	37,04
Paraíba	meninos	12.449	19,56	461	0,72	2.306	3,62	6.456	10,15	41.960	65,94
	meninas	1.383	7,50	4.149	22,50	1.383	7,50	1.383	7,50	10.143	55,00
Pernambuco	meninos	25.034	16,23	1.249	0,81	11.073	7,18	22.428	14,54	94.002	60,96
	meninas	5.420	7,07	8.535	11,14	1.366	1,78	17.124	22,35	43.435	56,70
Alagoas	meninos	8.561	14,17	-	-	2.853	4,72	6.661	11,03	42.334	70,08
	meninas	475	1,58	2.379	7,94	1.427	4,76	951	3,17	24.741	82,54
Sergipe	meninos	4.713	18,42	336	1,31	3.705	14,48	3.031	11,85	13.801	53,94
	meninas	1.682	13,51	672	5,40	2.018	16,21	2.020	16,22	6.058	48,66
Bahia	meninos	59.815	22,11	1.386	0,51	21.659	8,01	24.789	9,16	162.401	60,03
	meninas	20.215	14,42	23.041	16,43	7.201	5,14	11.774	8,40	77.999	55,62

Fonte: PNAD 2001.





Trabalho infantil e ramo de atividade econômica

A Tabela 12, obtida no trabalho de Lavinias et al. (1997), mostra a taxa de crescimento ajustada do PIB regional e setorial, no período de 1985 a 1994. Nessa tabela, observa-se que a indústria brasileira teve um retrocesso de -2,4% no PIB, enquanto os setores de serviços e da agropecuária registraram consideráveis crescimentos em suas taxas, com 2,2% e 3,4%, respectivamente. Dentro da região Nordeste, o PIB da agropecuária da maioria dos estados foi bem maior do que os PIBs da indústria e de serviços.

Tabela 12 – Taxa de crescimento ajustada do PIB regional e setoriais - 1985/94

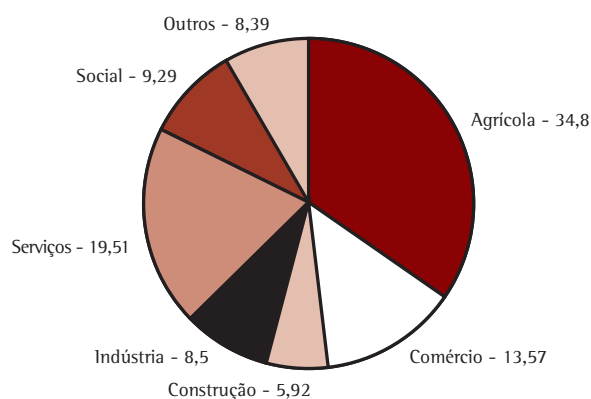
Região/Estado	PIB Regional	PIB Agropecuária	PIB Indústria	PIB Serviços
Brasil	0,9	2,2	-2,4	3,4
Norte	1,8	3,5	-1,6	3,9
Nordeste	1,0	2,8	-2,8	2,9
Sudeste	0,5	3,4	-3,1	3,6
Sul	1,0	0,0	-0,6	2,4
Centro-Oeste	4,0	1,1	3,5	3,7
Estados do Nordeste				
Maranhão	1,4	2,7	-4,2	3,6
Piauí	1,4	0,4	-1,9	3,0
Ceará	2,3	2,4	-0,1	2,9
Rio Grande do Norte	0,7	4,1	-2,9	2,9
Paraíba	2,2	2,4	-2,7	3,4
Pernambuco	1,5	4,6	-2,9	3,5
Alagoas	2,3	6,5	-3,5	2,8
Sergipe	-0,1	6,6	-4,7	3,1
Bahia	-0,1	1,3	-2,8	2,1

Fonte: Lavinias et al. (1997).

A seguir, serão analisados os dados do trabalho infantil, segundo os ramos de atividade no país. A divisão dos ramos considerados nas análises está apresentada a seguir: 1) agrícola, que também inclui silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura; 2) indústria, incluindo indústria de transformação, extração mineral e serviços industriais de utilidade pública; 3) construção civil; 4) comércio; 5) serviços, incluindo prestação de serviços e serviços auxiliares das atividades econômicas; 6) social, incluindo serviços comunitários e sociais, serviços médicos, odontológicos e veterinários, além de ensino; 7) outros, incluindo também administração pública, transporte e comunicação.

O Gráfico 6 mostra a distribuição da população adulta (16 anos ou mais), por ramos de atividade da região Nordeste. Com essa informação, será possível observar se a distribuição de trabalho infantil simplesmente reproduz a distribuição do trabalho em geral ou se o trabalho infantil concentra-se em algum ramo em particular. Observando o Gráfico 6, pode-se perceber que boa parte da mão-de-obra adulta (cerca de 35%) está concentrada no ramo agrícola, 19,5%, no setor de serviços, e 13,6%, no comércio.

Gráfico 6 - Porcentagem de trabalhadores de 16 anos ou mais no Nordeste, segundo os ramos de atividade - 2001



Fonte: PNAD 2001.

A tabela 13 apresenta a distribuição dos trabalhos, por ramos de atividade entre crianças de 5 a 15 anos, em cada região do Brasil. A grande maioria das crianças trabalha no ramo agrícola, principalmente no Nordeste (65%) e no Sul (62%), mas há também um número elevado no ramo de comércio (12%, no Nordeste) e serviços (13%, no Nordeste). A região Nordeste apresenta as porcentagens mais baixas de crianças trabalhando nos ramos social, indústria e construção-civil, quando comparada a outras regiões.



Tabela 13 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, segundo os ramos de atividade, por região - 2001

Ramos de Atividade	Centro-Oeste	Nordeste	Norte*	Sul	Sudeste
Agrícola	69.773	1.001.263	39.399	312.403	242.980
	38,00	65,64	25,40	61,59	34,58
Comércio	38.083	187.976	40.636	55.453	129.009
	20,74	12,32	26,19	10,93	18,36
Construção civil	6.503	17.280	4.093	11.282	24.896
	3,54	1,13	2,64	2,22	3,54
Indústria	12.418	84.856	13.081	45.611	66.341
	6,76	5,56	8,43	8,99	9,44
Serviços	48.044	196.079	54.153	72.286	198.354
	26,17	12,85	34,91	14,25	28,23
Social	5.548	11.097	1.344	7.333	23.847
	3,02	0,73	0,87	1,45	3,39
Outros	3.231	26.897	2.431	2.843	17.199
	1,76	1,76	1,57	0,56	2,45

Fonte: PNAD 2001.
* Exclui a área rural de todos os estados, exceto Tocantins.

Os Gráficos 7 e 8 mostram a porcentagem de indivíduos de 5 a 15 anos, que estão trabalhando na região Nordeste, segundo os ramos de atividade e o sexo. No Gráfico 7, observa-se que a maior proporção de meninos trabalhadores está na agricultura. Dentre esses meninos, 647.157 ou 94% moram na área rural. É alto também o número de meninas trabalhando, 231.552 ou 82,4%. Para aqueles que residem na área urbana, nota-se que há também uma proporção significativa de trabalhadores no comércio (120.720 ou 34,1%) e no ramo de serviços (100.521 ou 49,9%).

Gráfico 7 - Número e porcentagem de meninos de 5 a 15 anos trabalhando, na região Nordeste - 2001

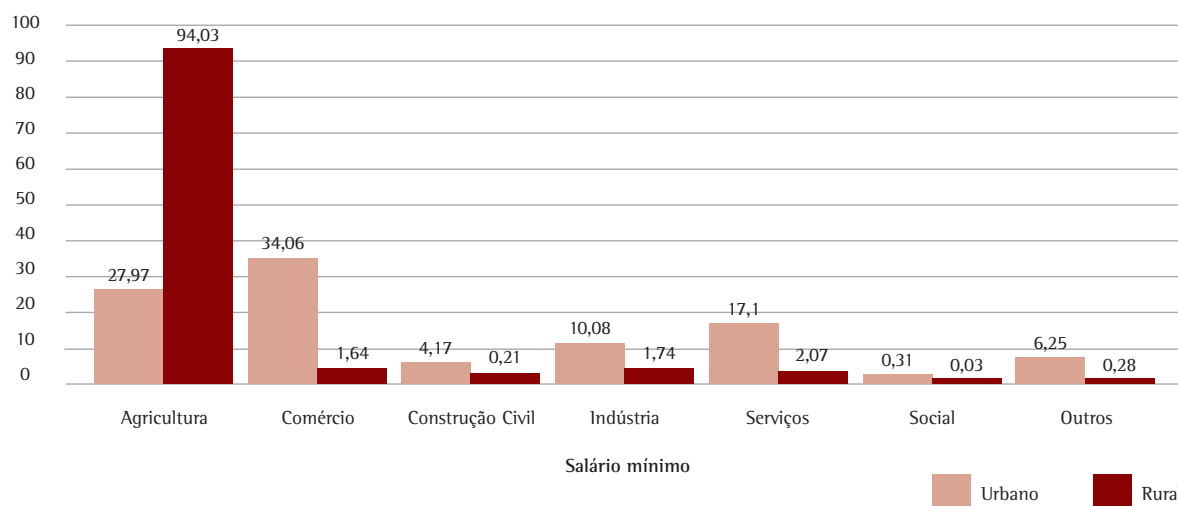
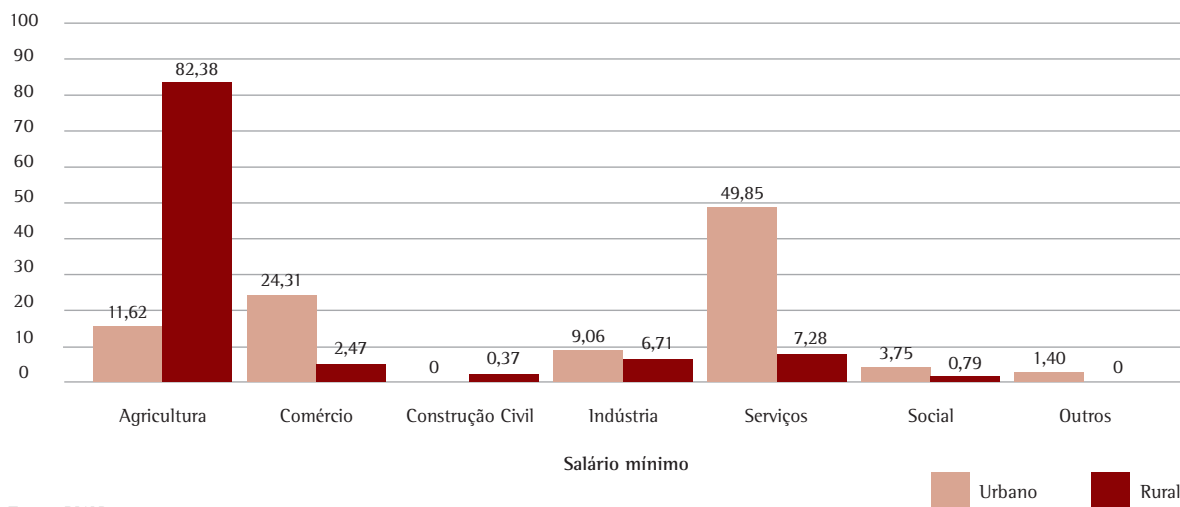


Gráfico 8 - Número e porcentagem de meninas de 5 a 15 anos trabalhando, na região Nordeste - 2001



A tabela 14 mostra o número e a porcentagem de crianças de 5 a 15 anos, segundo os ramos de atividade, nos nove estados do Nordeste. A maior porcentagem de crianças no ramo agrícola ocorre em Alagoas e a menor ocorre no Ceará, onde há alta porcentagem de trabalhadores no ramo de serviços e na indústria. O Ceará é reconhecido nacionalmente por ter uma indústria artesanal (redes de dormir, rendas, artigos de bordados) muito forte, o que pode justificar a alta porcentagem de trabalhadores na indústria. A maior porcentagem de crianças no comércio é a do Rio Grande do Norte, sendo a menor a de Pernambuco.

Tabela 14 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, segundo os ramos de atividade, por estado da região Nordeste - 2001

Ocupação	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
Agricultura	201.794	66.417	117.545	33.803	47.953	162.549	71.355	23.229	276.618
	70,67	67,19	49,05	63,31	58,76	70,81	79,37	61,07	67,65
Comércio	35.785	10.983	35.775	10.775	12.912	21.109	9.036	5.724	45.877
	12,53	11,11	14,93	20,18	15,82	9,19	10,05	15,05	11,22
Construção Civil	3.809	1.046	4.091	490	461	3.135	-	-	4.248
	1,33	1,06	1,71	0,92	0,56	1,37	-	-	1,04
Indústria	9.898	4.707	33.227	2.450	4.149	11.837	1.903	1.683	15.002
	3,47	4,76	13,87	4,59	5,08	5,16	2,12	4,42	3,67
Serviços	32.743	14.121	41.927	4.409	12.909	21.210	6.184	6.389	56.187
	11,47	14,29	17,50	8,26	15,82	9,24	6,88	16,80	13,74
Social	1.522	1.046	3.537	-	1.384	1.885	-	337	1.386
	0,53	1,06	1,48	-	1,70	0,82	-	0,89	0,34
Outros	-	523	3.536	1.469	1.844	7.847	1.428	674	9.576
	-	0,53	1,48	2,75	2,26	3,42	1,59	1,77	2,34

Fonte: PNAD 2001.

Ocupações perigosas e acidentes de trabalho

Forastieri (1997) argumenta que os locais de trabalho, equipamentos e utensílios utilizados não são projetados para crianças e que sua utilização pode gerar problemas ergonômicos e de fadiga. Além disso, as crianças não estão cientes dos perigos envolvidos no trabalho e, em casos de acidentes, geralmente não sabem como reagir. As crianças são, também, menos tolerantes ao calor, aos barulho, aos produtos químicos, às radiações, etc., o que pode trazer problemas de saúde e danos irreversíveis.

Os dados a seguir pretendem expor algumas informações sobre acidentes de trabalho de crianças e adolescentes, na região Nordeste. Serão apresentados dados sobre as atividades perigosas desenvolvidas pelas crianças, já que uma grande preocupação em relação ao trabalho infantil diz respeito ao tipo de trabalho que a criança exerce e quão prejudicial à sua saúde atual e futura ele pode ser. Nos últimos anos, entidades como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o UNICEF têm colocado como prioridade a eliminação completa dos trabalhos perigosos e que podem trazer riscos ao desenvolvimento físico e mental das crianças.

É importante lembrar que o verdadeiro retrato dos acidentes de trabalho no Brasil, seja de crianças ou de adultos, está muitas vezes mascarado. Segundo Conceição et al. (2003), os números oficiais sobre acidentes de trabalho são conhecidos parcialmente, pois a divulgação é feita pela previdência social e esta cobre apenas os trabalhadores empregados formalmente. Uma vez que a maior parte da população trabalha no setor informal, as estatísticas aumentariam significativamente se fossem incluídas estas pessoas. Em 2002, dados do Ministério do Trabalho e Emprego registraram, apenas para o setor formal da economia, 2.898 mortes decorrentes dos acidentes de trabalho e 15.029 pessoas que ficaram permanentemente incapazes⁶.

Nesta seção, serão apresentadas as porcentagens de crianças e jovens em ocupações perigosas, as que se machucaram ou ficaram doentes devido ao trabalho e o tipo de machucado que sofreram, na região Nordeste e estados. As ocupações perigosas aqui apresentadas foram escolhidas com base na definição da OIT. A estas foram acrescentadas ocupações que apresentam alto índice de acidentes e problema de saúde, como, por exemplo, as ocupações de condicionador, costureira e empregado doméstico. As atividades agropecuárias consideradas perigosas foram sisal, algodão, café, cana-de-açúcar, fumo, trabalho na criação de animais e no corte de árvores.

As análises de ocupações perigosas serão realizadas para a faixa etária de 5 a 17 anos, uma vez que a lei brasileira não permite este tipo de trabalho para menores de 18 anos. Em linha gerais, a legislação

⁶ <http://www.mte.gov.br/noticias/conteudo/4729.asp> (28/04/2004).

brasileira proíbe o trabalho de menores de 18 anos em atividades que possam causar danos à saúde e, especificamente, proíbe qualquer produção ou trabalho de manipulação de material pornográfico, divertimento (clubes noturnos, bares, cassinos, circo, apostas) e comércio nas ruas. Além disso, trabalhos em minas, estivagem, ou qualquer trabalho subterrâneo são proibidos para menores de 21 anos.

A Tabela 15 traz o número e o percentual de crianças que estão trabalhando em ocupações consideradas perigosas, em relação ao total de crianças trabalhando. Pode-se notar que é surpreendentemente alto o trabalho em ocupações consideradas perigosas, perfazendo um total de 44% das crianças, nas áreas urbanas, e 31%, nas áreas rurais. O Centro-Oeste e o Norte apresentam os percentuais mais altos, entre as regiões, 49% e 51%. O Espírito Santo apresenta o maior percentual, entre os estados, 62% das crianças trabalhando em ocupações perigosas.

Tabela 15 - Número e percentagem de pessoas de 5 a 17 anos em ocupações perigosas, no total de trabalhadores nessa faixa etária, por unidade da federação, região e Brasil urbano/rural - 2001

Região /Estado	Porcentagem	Número
Região Norte	51,41	145.239
Rondônia	50,96	10.622
Acre	47,56	5.642
Amazonas	51,66	22.633
Roraima	50,01	2.232
Pará	52,34	70.601
Amapá	42,83	1.461
Tocantins	50,68	32.048
Região Nordeste	32,32	753.705
Maranhão	37,69	139.040
Piauí	31,05	44.978
Ceará	37,13	136.994
Rio Grande do Norte	38,34	33.799
Paraíba	32,74	42.419
Pernambuco	28,05	101.251
Alagoas	27,09	38.533
Sergipe	33,14	20.860
Bahia	31,48	194.236
Região Sudeste	47,46	751.390
Minas Gerais	52,09	301.438
Espírito Santo	61,67	66.875
Rio de Janeiro	43,32	64.237
São Paulo	42,63	318.840
Região Sul	43,20	397.971
Paraná	38,64	134.547
Santa Catarina	45,18	93.466
Rio Grande do Sul	46,42	169.958
Região Centro-Oeste	49,25	178.962
Mato Grosso do Sul	48,25	30.968
Mato Grosso	50,16	52.623
Goiás	49,72	85.130
Distrito Federal	44,45	10.241
Brasil rural	31,36	709.629
Brasil urbano	44,19	1.422.773

Fonte: PNAD 2001.

Nota: A PNAD não inclui a área rural da região N, com exceção da área rural do estado do Tocantins.

Algumas atividades são reconhecidamente perigosas à saúde, principalmente, quando envolvem crianças, cuja fragilidade física é maior do que a dos adultos. Essas atividades são consideradas perigosas porque expõem os trabalhadores a ferramentas e máquinas, que podem cortar e até mesmo amputar membros, além da exposição a produtos químicos, como agrotóxicos e herbicidas, que podem causar lesões na pele, problemas respiratórios, irritação nos olhos, entre outros. A preparação do solo, o plantio, a colheita, o trato dos animais etc. também exigem grande esforço físico e exposição às intempéries. Relatório do Banco Mundial (2001) comenta que a agricultura é uma das ocupações de maior risco, em termos de morbidade e mortalidade. O mesmo relatório menciona a construção civil como uma ocupação prejudicial para crianças, em função do elevado risco de acidentes e exposição a barulho, sílica, asbestos, poeira e carregamentos pesados. As atividades nas áreas urbanas, como vendedores ambulantes, coletores de lixo e ocupações ilegais (venda de drogas e prostituição), apresentam outros tipos de riscos e danos, tanto emocionais, como de exclusão social.

Para Forastieri (1997), o cansaço no trabalho pode estar ocorrendo em função de um esforço a mais, provocado pela utilização de materiais, equipamentos e máquinas não adequados à estrutura física e corporal dessas crianças e desses adolescentes. Isso os torna mais suscetíveis a acidentes, como cortes e queimaduras, além de sensíveis a ruídos, ao calor, à exposição de produtos tóxicos etc.

O trabalho infantil perigoso gera conseqüências difíceis de serem transpostas pelas crianças e pelos adolescentes no futuro, interferindo em seu desenvolvimento físico, pois os mesmos ficam expostos a riscos de lesões e doenças irreversíveis. Também gera problemas para o desenvolvimento mental, em razão da submissão aos maus tratos e à exploração, provenientes desse trabalho. Interfere, também, no desenvolvimento social, devido às restrições educacionais e de renda, bem como ao acúmulo de responsabilidades (OIT, 2000).

Pelos dados da Tabela 16 observa-se, na região Nordeste, um grande número de pessoas que se machucaram, quando trabalhavam na atividade de extrativismo vegetal (8.053 casos – 20%), mecânico (5.359 – 18%), olaria (3.247 – 17%) e costureira (7.775 – 18%). Houve ainda um registro grande de acidentes para atividades de empregado doméstico (5.174 pessoas). Entretanto, quando observado, em termos percentuais, esse contingente corresponde a 3% do total de pessoas trabalhando nessa atividade. Outras atividades apresentaram alto percentual de crianças e jovens machucados, mas o tamanho da amostra é pequeno e não representa a população.

Tabela 16 - Número e porcentagem de pessoas de 5 a 17 anos que se machucaram ou não no trabalho, na região Nordeste - 2001

Nordeste	Machucou-se no trabalho			
	Sim		Não	
	Número	%	Número	%
Acondicionador	1.190	9,38	11.491	90,62
Atividades agrícolas ¹	18.354	8,94	186.959	91,06
Comércio ambulante	2.617	2,68	95.126	97,32
Fabricação de calçados	422	26,52	1.169	73,48
Costureira/bordadeira	7.775	18,36	34.583	81,64
Cozinheiro/garçom	1.153	2,61	43.070	97,39
Doceiro/padeiro	973	8,33	10.704	91,67
Emprego doméstico	5.174	2,95	170.093	97,05
Extrativismo vegetal e mineral	8.053	19,71	32.802	80,29
Indústrias diversas	1.001	26,56	2.768	73,44
Tecelagem	210	4,33	4.635	95,67
Montagem/manutenção equip. (mecânico)	5.359	18,09	24.263	81,91
Produção de cerâmica/olaria	3.247	17,39	15.422	82,61
Pedreiro	3.010	6,91	40.569	93,09
Tapeceiro	421	100	-	-
Indústria de vidros/vidraceiro	482	100	-	-

Fonte: PNAD 2001.

¹As atividades agropecuárias consideradas perigosas foram sisal, algodão, café, cana-de-açúcar, fumo, trabalho na criação de animais e no corte de árvores.

A tabela 17 mostra a porcentagem de crianças e jovens machucados, por ocupação, em cada estado nordestino. Esses dados podem orientar a localização das ocupações perigosas, mas, devido ao pequeno número de observações, não são representativos da população.

Pode-se observar casos de pessoas feridas no desempenho de atividades agrícolas em todos os estados. Por outro lado, Pernambuco e Maranhão apresentaram 15,15% ou 4.671 pessoas e 18,75% ou 2.284 pessoas que trabalhavam em atividades agrícolas e se machucaram, respectivamente.

Tabela 17 - Número e porcentagem de pessoas de 5 a 17 anos que se machucaram no trabalho, por estado da região Nordeste - 2001

Ocupações perigosas	Machucou -se no trabalho								
	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
Acondicionador	-	-	497	-	-	212	-	-	481
	-	-	24,29	-	-	5,62	-	-	11,41
Atividades agrícolas*	2.284	1.569	1.702	1.959	461	7.170	1.427	336	1.446
	11,54	15,79	9,96	14,28	4,00	16,33	7,69	6,66	2,20
Comércio ambulante	1.522	-	210	-	461	212	-	-	212
	5,00	-	1,94	-	8,33	2,07	-	-	1,07
Borracheiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fabricação de calçados	-	-	211	-	-	-	-	-	211
	-	-	22,96	-	-	-	-	-	100,00
Costureira/bordadeira	-	-	5.390	490	461	-	952	-	482
	-	-	19,75	50,00	100,00	-	50,03	-	13,91
Cozinheiro/garçom	-	-	210	-	-	943	-	-	-
	-	-	2,42	-	-	21,88	-	-	-
Doceiro/padeiro	762	-	211	-	-	-	-	-	-
	50,03	-	6,65	-	-	-	-	-	-
Emprego doméstico	1.523	-	1.701	-	461	518	-	337	634
	4,35	-	4,48	-	4,35	2,55	-	11,14	1,50
Extrativismo vegetal e mineral	4.568	1.046	994	-	-	-	-	-	1.445
	17,14	33,33	16,10	-	-	-	-	-	37,49
Indústrias diversas	-	-	-	-	-	519	-	-	482
	-	-	-	-	-	71,00	-	-	25,79
Teceragem	-	-	210	-	-	-	-	-	-
	-	-	6,31	-	-	-	-	-	-
Montagem/manutenção equip. (mecânico)	761	-	1.837	-	-	1.462	-	336	963
	19,99	-	29,56	-	-	33,35	-	24,96	11,21
Serviço militar/guarda de segurança	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Produção de cerâmica/ olaria	2.284	-	-	-	-	-	-	-	963
	42,85	-	-	-	-	-	-	-	33,32
Indústria de papel, borracha e plástico	-	-	-	-	-	-	-	-	211
	-	-	-	-	-	-	-	-	100,00
Pedreiro	761	-	1.338	489	-	-	-	-	422
	8,33	-	17,54	16,64	-	-	-	-	3,25
Tapeceiro	-	-	421	-	-	-	-	-	-
	-	-	100,00	-	-	-	-	-	-
Indústria de vidros/vidraceiro	-	-	-	-	-	-	-	-	482
	-	-	-	-	-	-	-	-	100,00

Fonte: PNAD 2001.

* As atividades agropecuárias consideradas perigosas foram sisal, algodão, café, cana-de-açúcar, fumo, trabalho na criação de animais e no corte de árvores.

1. Tipo de machucado decorrente do trabalho infantil

O tipo de machucado depende do tipo de ocupação. Por exemplo, pessoas que trabalham como acondicionadoras, provavelmente, terão dores musculares decorrentes de esforços repetitivos. Em atividades agrícolas, além do elevado esforço braçal, pode ocorrer contato com produtos químicos tóxicos, o que poderá acarretar tontura, irritação nos olhos e na pele.

A Tabela 18 mostra o resultado de um estudo realizado por Lopes (1982), relacionando as causas externas de lesões e os envenenamentos ocorridos em profissionais de atividades agrícolas, entre julho de 1985 e 1986, no município de Botucatu, estado de São Paulo. Os números mostram que a grande maioria dos acidentes é resultante de objetos ou instrumentos cortantes.

Tabela 18 - Acidentes de trabalho e doenças profissionais rurais, segundo a classificação de causas externas. Botucatu, SP, julho de 1985 a dezembro de 1986.

Causas Externas de Lesões e dos Envenenamentos	Nº	%
Acidentes de transportes	24	8,2
Envenenamentos	4	1,4
Quedas e impactos acidentais de objetos ou pessoas	31	10,7
Acidentes causados por máquina	30	10,3
Acidentes causados por objetos ou instrumentos cortantes	127	43,5
Excesso de exercícios e de movimentos extenuantes	19	6,5
Outras causas, inclusive as não especificadas e sem informação	57	19,4
Total	292	100

Fonte: Lopes (1982) citado em http://www.andef.com.br/util_defensivos.

No suplemento especial da PNAD 2001, para as crianças e jovens que declararam ter sofrido acidente de trabalho, no período de um ano anterior à pesquisa, foi indagado o tipo de machucado ou doença devido ao trabalho. Os resultados, para cada ocupação considerada perigosa, estão apresentados na Tabela 19, para a região Nordeste. Pode-se observar que o tipo de acidente mais comum foi o “corte”, presente em quase todas as atividades. Perto de 13 mil pessoas de 5 a 17 anos (69%) que trabalham em atividades agrícolas consideradas perigosas cortaram-se durante o trabalho. Os números e porcentagens de trabalhadores que sofreram corte, no extrativismo vegetal e mineral (6.111 – 76%), na atividade de mecânico (3.073 – 57%) e de costureira ou bordadeira (2.967 – 38%), também foram elevados. Apesar da alta porcentagem de cortes nas atividades de cozinheiro/garçom (81,79%) e de doceiro/padeiro (78,31%), a amostra é pequena e não representativa. Dores musculares e fratura também são freqüentes, principalmente nas atividades de costureira/bordadeira e de mecânico, respectivamente.

Santana et al. (2003), realizaram uma análise de acidentes não fatais para 361 jovens trabalhadores entre 10 e 20 anos no município de Salvador na Bahia, e encontraram um índice de 6,4% de acidentes

não fatais. As autoras também diagnosticaram que, entre ambos os sexos, com o aumento da idade, diminui a ocorrência de algum tipo de lesão decorrente do trabalho. Para as mulheres, as lesões mais comuns foram originárias de quedas e queimaduras, fortemente relacionadas com a alta incidência de trabalho doméstico. Segundo as autoras, 38,5% dos casos necessitaram de assistência médica e 36,4% deixaram seqüelas permanentes não incapacitantes. Para os meninos, a lesão mais freqüente foi diagnosticada como sendo proveniente de quedas dos veículos, indicando a falta de segurança e fiscalização no trânsito, por parte dos órgãos públicos.

Conceição et al. (2003) analisaram registros de 215 pessoas acima de 10 anos que foram atendidas por causas externas, nos serviços de emergência de Salvador. Eles observaram que 31,6% dos atendimentos foram devidos a acidentes de trabalho. Ademais, 90% dos acidentados eram do sexo masculino, e a média da idade foi de 31 anos. Concluíram existir uma forte associação entre acidente e escolaridade do indivíduo, pois 69% não tinham completado o primeiro grau. Observaram, ainda, que as principais ocupações dos acidentados estavam relacionadas à construção civil. Quanto ao tipo de machucado diagnosticado, os números mostraram que 29,8% eram de ferimentos leves; 16,4%, de fraturas e luxações; 13,4%, de ferimentos graves; e 10,4%, de politraumatismo.



Tabela 19 – Número e porcentagem de pessoas de 5 a 17 anos, de acordo com o tipo de machucado que sofreram no trabalho, na região Nordeste – 2001

Ocupações	Irritação no(s) olho(s)		Problemas de pele		Problemas respiratórios		Dor muscular		Fratura ou entorse		Corte		Queimadura		Outro machucado ou doença	
	Num	%	Num	%	Num	%	Num	%	Num	%	Num	%	Num	%	Num	%
Acondicionador	-	-	-	-	-	-	497	41,76	-	-	212	17,82	-	-	481	40,42
Atividades agrícolas¹	212	1,16	-	-	-	-	693	3,78	523	2,85	12.683	69,10	-	-	4.243	23,12
Comércio ambulante	-	-	461	17,62	-	-	-	-	761	29,08	422	16,13	212	8,10	761	29,08
Construção Civil	-	-	761	25,28	-	-	210	6,98	699	23,22	919	30,53	-	-	421	13,99
Costureira/bordadeira	461	5,93	-	-	476	6,12	2.401	30,88	-	-	2.967	38,16	-	-	1.470	18,91
Cozinheiro/garçom	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	943	81,79	-	-	210	18,21
Doceiro/padeiro	-	-	-	-	-	-	211	21,69	-	-	762	78,31	-	-	-	-
Emprego doméstico	-	-	497	9,61	-	-	761	14,71	-	-	1.563	30,21	461	8,91	1.892	36,57
Extrativismo vegetal e mineral	-	-	-	-	964	11,97	-	-	497	6,17	6.111	75,88	-	-	481	5,97
Fabricação de calçados	-	-	-	-	211	50,00	211	50,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Ind. papel, borracha, plástico	-	-	211	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústria de vidros/vidraceiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	482	100,00	-	-	-	-
Indústrias diversas	482	48,15	-	-	-	-	-	-	-	-	519	51,85	-	-	-	-
Montagem/manutenção equip. (mecânico)	-	-	-	-	-	-	-	-	1.740	32,47	3.073	57,34	210	3,92	336	6,27
Produção de cerâmica/olaria	-	-	-	-	481	14,81	-	-	-	-	482	14,84	-	-	2.284	70,34
Tecelagem	-	-	-	-	-	-	210	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Tapeceiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	421	100,00	-	-	-	-

Fonte: PNAD 2001.

¹As atividades agropecuárias consideradas perigosas foram sisal, algodão, café, cana-de-açúcar, fumo, trabalho na criação de animais e no corte de árvores.



2. Treinamento para evitar machucado e equipamento de proteção

Duas importantes variáveis foram levantadas pela PNAD 2001, no suplemento especial sobre o trabalho infantil, para indivíduos de 5 a 17 anos que trabalham. Foi quantificado se estes indivíduos receberam algum treinamento ou orientação para evitar machucados ou doenças, no exercício da atividade laboral, bem como se usaram equipamento de proteção individual (EPI). As próximas tabelas apresentam os resultados obtidos com essas questões, para as regiões do Brasil e para cada estado nordestino, por ramo de atividade.

As maiores porcentagens de crianças e jovens recebendo treinamento para evitar acidentes de trabalho ocorreram na região Sul, destacando-se a construção civil (63%) e o ramo agrícola (58%). Essas porcentagens caem para 40% e 39%, respectivamente, na região Nordeste. Em geral, mais da metade das pessoas de cada ramo de atividade não recebeu qualquer treinamento para evitar acidentes de trabalho. Somente no Sul e no Sudeste, observa-se mais da metade das crianças e jovens recebendo treinamento, especificamente, nos ramos da indústria e construção civil, além dos trabalhadores do ramo agrícola da região Sul.

Tabela 20 – Número e porcentagem de indivíduos de 5 a 17 anos que receberam algum tipo de treinamento para evitar machucados no trabalho, por ramo de atividade e região – 2001

Ramo de atividade	Centro-Oeste	Nordeste	Norte*	Sul	Sudeste
Agricultura	38.782	513.817	15.435	250.074	137.206
	37,24	36,89	23,33	57,62	37,33
Comércio	19.683	58.383	14.123	34.606	84.874
	26,39	20,41	22,75	29,48	27,54
Construção civil	6.107	18.049	5.365	21.323	47.575
	33,98	39,78	36,57	62,55	61,06
Indústria	13.282	58.918	12.095	61.918	117.362
	43,24	41,86	49,51	54,00	55,80
Serviços	28.401	111.779	23.225	57.895	148.214
	27,26	30,22	23,71	32,82	32,63
Social	5.478	6.918	1.088	8.586	26.910
	38,58	28,31	25,95	33,57	37,05
Outros	2.759	9.232	2.761	4.277	20.355
	22,31	18,26	29,87	31,01	38,37

Fonte: PNAD 2001.
* Exclui a área rural de todos os estados, exceto Tocantins.

A Tabela 21 mostra a proporção de trabalhadores treinados, em cada ramo de atividade, por estado da região Nordeste. No Piauí, Rio Grande do Norte e Alagoas, mais de 50% dos trabalhadores do ramo agrícola de 5 a 17 anos receberam treinamento para evitar acidentes, enquanto na Bahia essa

porcentagem é de apenas 20%. Na construção civil, destacam-se os estados do Piauí e Rio Grande do Norte, com as maiores porcentagens de pessoas recebendo treinamento (80% e 71%), e Sergipe e Bahia, com as menores proporções (25%). Na indústria, outro ramo de atividade perigoso e com alta incidência de acidentes, 64% dos indivíduos nessa faixa etária receberam treinamento, em Sergipe, e 59%, no Piauí, sendo essas as maiores porcentagens. A menor porcentagem de pessoas treinadas na indústria ocorreu em Pernambuco (26%).

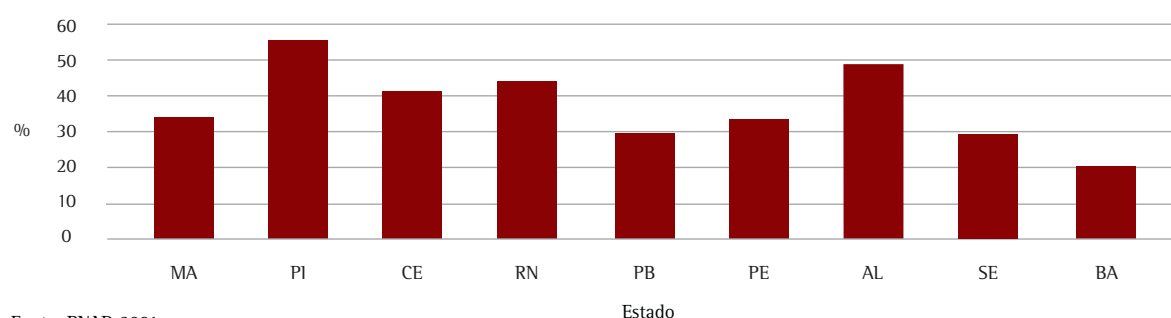
Tabela 21 - Número e porcentagem de indivíduos de 5 a 17 anos que receberam algum tipo de treinamento para evitar machucados no trabalho, por estado da região Nordeste - 2001

Ramo de Atividade	Recebeu treinamento								
	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
Agricultoras	113.467	59.095	62.162	23.513	23.977	86.249	58.507	9.762	77.085
	40,94	64,20	37,59	51,07	33,77	38,30	55,91	29,00	20,41
Comércio	6.852	4.184	17.476	3.429	4.149	6.787	4.278	1.348	9.880
	13,43	28,57	33,01	21,88	22,49	15,96	33,32	14,83	14,35
Construção	4.571	2.092	3.039	2.449	461	1.576	-	336	3.525
	50,01	80,00	39,85	71,42	50,00	26,88	-	24,96	25,27
Indústria	7.615	5.230	25.004	2.449	2.305	4.575	952	2.355	8.433
	41,67	58,82	51,78	49,99	33,33	25,74	33,36	63,61	28,93
Serviços	9.900	9.414	37.199	5.879	6.917	14.943	4.282	3.027	20.218
	17,57	39,13	47,27	42,86	25,86	31,91	25,00	27,27	21,22
Social	-	523	3.327	-	462	1.155	-	337	1.114
	-	33,33	59,59	-	25,04	21,99	-	50,00	22,28
Outros	-	-	1.912	490	-	2.731	951	1.009	2.139
	-	-	27,33	20,01	-	17,84	39,97	29,96	14,23

Fonte: PNAD 2001.

De acordo com o Gráfico 9, de forma geral, o estado do Piauí (55,6%) foi onde mais ocorreu treinamento, e a Bahia (20,2%) foi onde ocorreu a menor porcentagem de crianças e jovens recebendo treinamento ou orientação para evitar machucados ou doenças relacionados com o trabalho que estavam desenvolvendo.

Gráfico 9 - Porcentagem de indivíduos de 5 a 17 anos que receberam algum tipo de treinamento para evitar machucados no trabalho, por estado da região Nordeste - 2001



Fonte: PNAD 2001.

A portaria nº 3.214 de 8 de junho de 1978 aprovou a Norma Regulamentadora NR-6, na qual é considerado como Equipamento de Proteção Individual (EPI) todo dispositivo individual destinado a proteger a saúde do trabalhador. Cada EPI (calçados especiais, luvas, cintos, capacetes, protetor auricular, protetor facial, dentre outros) deve ser fornecido pelo empregador. Porém, como boa parte das crianças e dos adolescentes está no mercado informal, o uso desses equipamentos fica dependente muito mais da boa vontade do empregador do que do desejo do empregado.

Ao analisar os resultados da PNAD 2001, quanto ao uso ou não de equipamento de proteção pelos trabalhadores de 5 a 17 anos, os números mostram-se ainda mais discrepantes e preocupantes. Isso se deve, novamente, ao elevado grau de informalidade do mercado de trabalho para essa faixa etária. No Nordeste, apenas 19% dos trabalhadores da construção civil, 14% da agropecuária, e 13% da indústria utilizavam algum tipo de EPI (Tabela 22). Essas porcentagens são bem mais elevadas na região Sul: com 33%, na construção, 48%, no ramo agrícola, e 41%, na indústria.

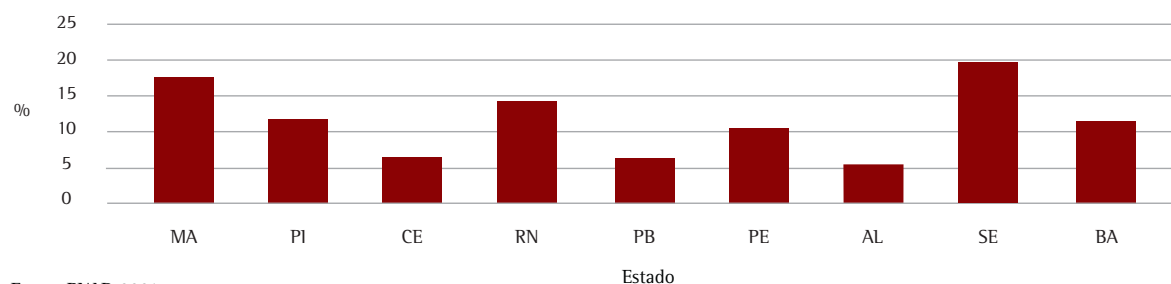
Tabela 22 - Número e porcentagem de indivíduos de 5 a 17 anos utilizando equipamento de proteção individual para evitar machucados no trabalho, por região e ramo de atividade - 2001

Ramo de atividade	Centro-Oeste	Nordeste	Norte*	Sul	Sudeste
Agricultura	24.220	196.133	16.536	210.260	99.374
	23,26	14,08	24,99	48,45	27,04
Comércio	4.435	4.525	3.272	8.254	26.635
	5,95	1,58	5,27	7,03	8,64
Construção Civil	5.001	8.415	3.562	11.297	27.514
	27,83	18,55	24,28	33,14	35,31
Indústria	10.423	18.303	6.640	47.360	70.139
	33,94	13,00	27,18	41,31	33,35
Serviços	13.589	26.547	8.127	33.742	64.043
	13,04	7,18	8,30	19,13	14,10
Social	1.802	905	501	3.316	9.858
	12,69	3,70	11,95	12,97	13,57
Outros	1.305	4.423	2.059	1.142	11.035
	10,55	8,75	22,28	8,28	20,80

Fonte: PNAD 2001.
* Exclui a área rural de todos os estados, exceto Tocantins.

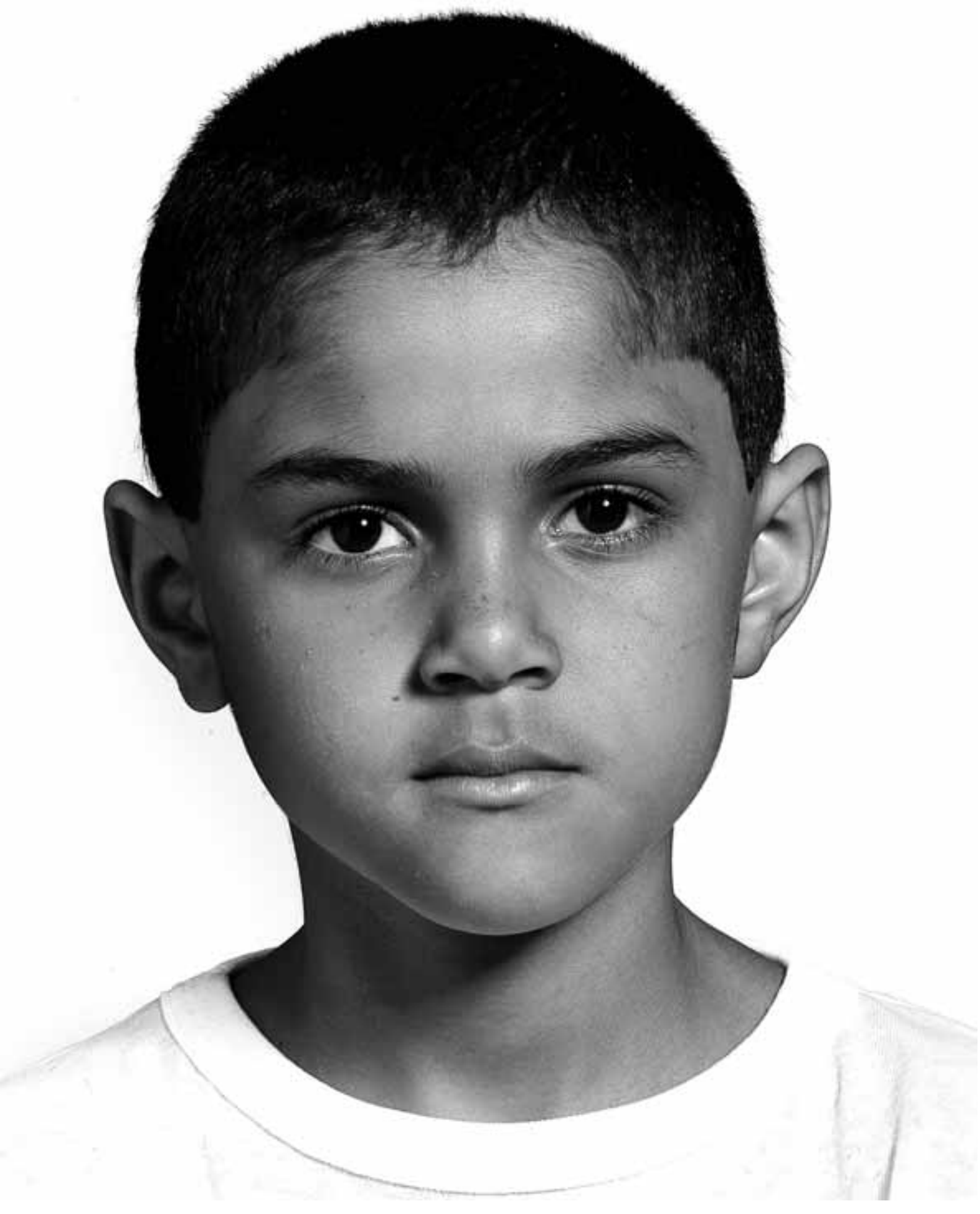
De acordo com o Gráfico 10, o estado nordestino em que há maior proporção de trabalhadores utilizando equipamento de proteção é Sergipe (19,8%). O estado com menor proporção é Alagoas (5,3%).

Gráfico 10 - Porcentagem de indivíduos de 5 a 17 anos utilizando equipamento de proteção individual para evitar machucados no trabalho, por estado da região Nordeste - 2001



Fonte: PNAD 2001.





Satisfação com o trabalho e decisão sobre o trabalho

Com relação às indagações realizadas pela PNAD 2001 sobre a satisfação das crianças de 5 a 15 anos com o trabalho desenvolvido por elas e sobre saúde e segurança no trabalho, é necessário chamar a atenção para o fato de que, na maioria das vezes, o questionário não foi respondido pela própria criança. Na região Nordeste, por exemplo, das crianças de 5 a 15 anos trabalhadoras, somente 25% dos informantes foi a própria pessoa, 1,5%, outra pessoa não moradora do domicílio e 73% dos questionários foram respondidos por outra pessoa moradora do domicílio, provavelmente os pais ou outro responsável pela família. Assim, os dados devem ser analisados com cuidado, pois podem não refletir a verdadeira opinião da criança. Indagadas se estavam satisfeitas com o emprego que tinham, 81% das crianças que trabalham na zona urbana do Nordeste responderam que sim. Na área rural, essa porcentagem foi de 79%, como pode ser observado na Tabela 23. Ao comparar esses números com os das outras regiões do país, observa-se que a região Sudeste, por exemplo, apresenta 84% e 82% de pessoas satisfeitas com o trabalho, nas áreas urbana e rural, respectivamente, isto é, as porcentagens são muito parecidas, com a grande maioria satisfeita com o trabalho.

Tabela 23 - Número e porcentagem de pessoas ocupadas de 5 a 15 anos no Nordeste que declararam estar satisfeitas com o emprego, por situação do domicílio - 2001

Nordeste				
Satisfeito com o emprego?	Urbano		Rural	
	Número	%	Número	%
Sim	447.295	80,54	765.477	79,22
Não	108.101	19,46	200.781	20,78

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 24 mostra, para cada região do Brasil, o número de crianças de 5 a 15 anos satisfeitas com o emprego, por ramo de atividade. A maioria das crianças e adolescentes que trabalham, em todos os ramos de atividade econômica apresentados, está satisfeita com suas ocupações. Na região Nordeste, a menor porcentagem de satisfação foi observada na indústria (75%) e a mais elevada, nos ramos social (95%) e comércio (84%). Exatamente o oposto ocorre na região Sul, que apresentou a maior porcentagem de satisfação na indústria (92%), sem considerar o ramo social, e a menor, no comércio (78%). Na região Sudeste, indústria também foi o ramo com maior proporção de trabalhadores satisfeitos (sem considerar o social), mas a menor satisfação foi na construção civil.

Pode-se dizer que há uma diferenciação regional das atividades desenvolvidas dentro de cada ramo, dependendo do grau de desenvolvimento econômico. A indústria no Sul e Sudeste, que emprega menores, deve dar melhor condição de trabalho do que a indústria no Nordeste.

Tabela 24 - Número e porcentagem de crianças trabalhando de 5 a 15 anos, de acordo com o grau de satisfação no trabalho, por região - 2001

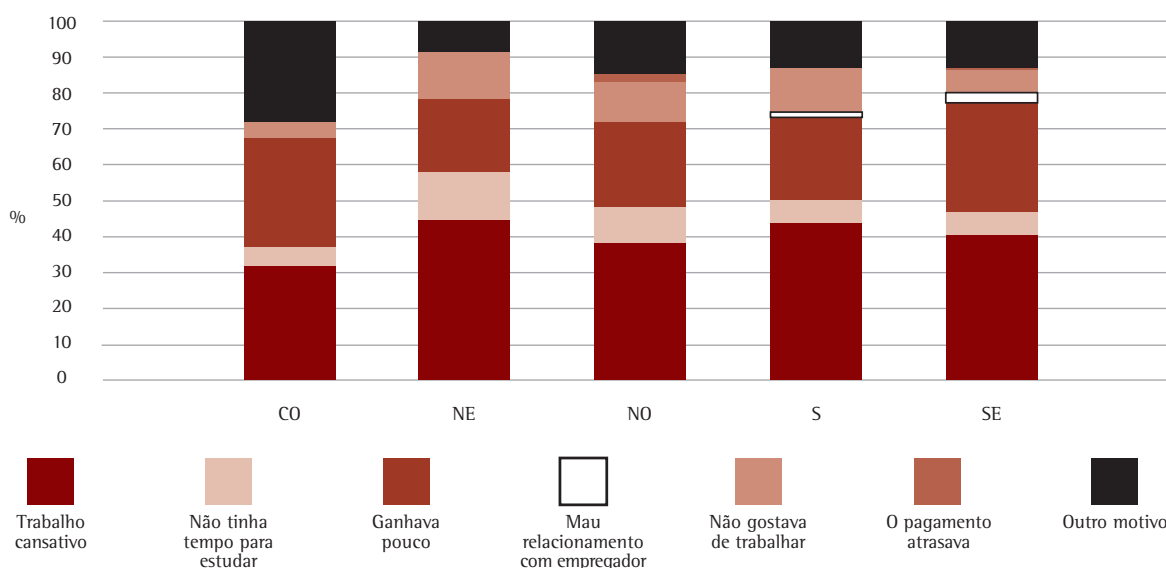
Ramos de atividade	Centro-Oeste	Nordeste	Norte*	Sul	Sudeste
Agrícola	58.770	788.592	27.603	264.230	196.270
	84,23	78,99	70,49	84,58	81,66
Comércio	33.819	157.273	34.890	43.269	110.344
	88,80	83,98	85,86	78,03	86,41
Construção Civil	5.123	14.348	2.530	9.334	18.684
	78,78	83,03	61,81	82,73	75,05
Indústria	9.952	64.030	10.972	42.180	57.832
	80,14	75,46	83,88	92,48	87,17
Serviços	41.307	157.269	47.621	65.770	157.958
	85,98	80,29	87,94	90,99	80,70
Social	5.548	10.578	1.344	7.127	22.008
	100,00	95,32	100,00	97,19	92,29
Outros	2.910	20.682	2.431	2.843	13.266
	90,06	76,89	100,00	100,00	77,13

Fonte: PNAD 2001.

* Exclui a área rural de todos os estados, exceto Tocantins.

Para as pessoas insatisfeitas com o trabalho que estavam desenvolvendo, foi perguntado o motivo da insatisfação. O Gráfico 11 mostra os motivos da insatisfação, por região do Brasil. O Nordeste apresenta a porcentagem mais elevada de crianças de 5 a 15 anos que responderam ser o trabalho cansativo o motivo da insatisfação. Além de o trabalho ser cansativo, ganhar pouco, não gostar de trabalhar e não ter tempo para estudar foram os principais motivos alegados, em todas as regiões.

Gráfico 11 - Porcentagem de pessoas de 5 a 15 anos, segundo o motivo de não satisfação com o trabalho, nas regiões brasileiras - 2001



Fonte: PNAD 2001.

* Para a região Norte, exclui-se a área rural de todos os estados, exceto Tocantins.

A Tabela 25 apresenta a mesma análise, especificamente para a região Nordeste. Na área urbana, a maioria atribuiu aos baixos rendimentos obtidos com o mesmo (41%) e ao fato de o trabalho ser penoso e cansativo (30%) o motivo da insatisfação com o emprego. No meio rural, mais da metade das crianças atribuíram a insatisfação ao fato de o trabalho ser cansativo (59%), devendo este estar relacionado com atividades agropecuárias. Destaca-se, também, a insatisfação por não gostar de trabalhar (14%) e pela falta de tempo para estudar em consequência do trabalho (10,5%, na área rural, e 9%, na área urbana).

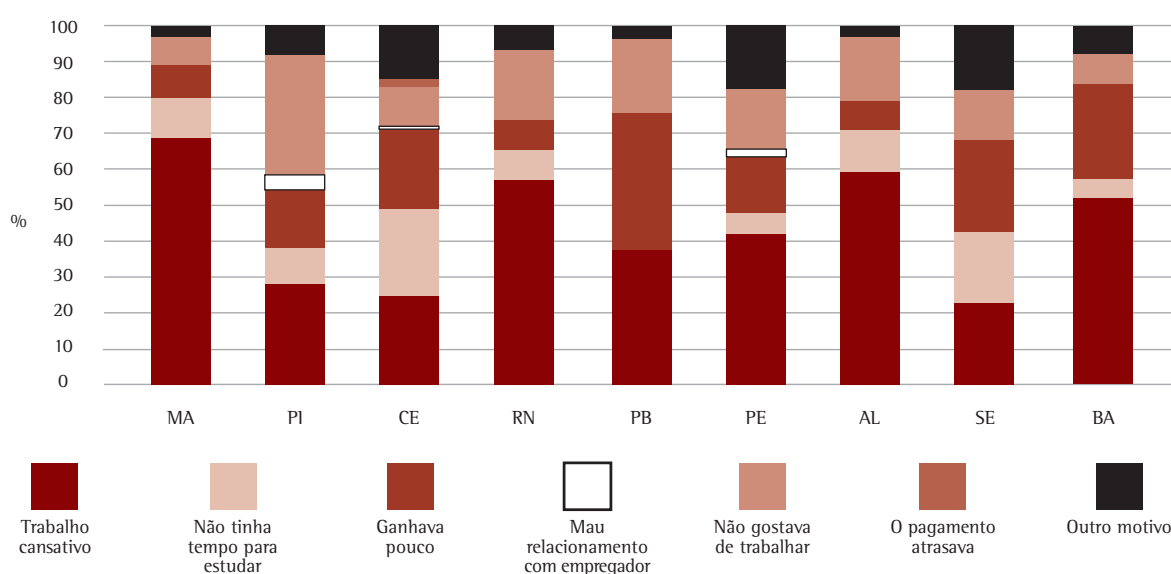
Tabela 25 - Número e porcentagem de pessoas ocupadas de 5 a 15 anos no Nordeste, segundo o motivo para não estarem satisfeitos com o trabalho - 2001

Motivo da insatisfação	Nordeste			
	Urbano		Rural	
	Número	%	Número	%
Trabalho cansativo	33.113	30,35	118.207	58,87
Não tinha tempo para estudar	9.868	9,04	21.071	10,49
Ganhava pouco	44.640	40,92	12.098	6,03
Não tinha um bom relacionamento com o empregador	1.576	1,44	519	0,26
Não gostava de trabalhar	10.378	9,51	28.190	14,04
Outro motivo	9.106	8,35	20.696	10,31

Fonte: PNAD 2001.

No Gráfico 12 e na Tabela 26, são apresentados os percentuais de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos de idade que não estão satisfeitos com o trabalho, em cada estado do Nordeste, de acordo com o motivo da insatisfação. Em praticamente todos os estados, a grande maioria considerou o trabalho cansativo, com a maior porcentagem no Maranhão. Há também uma alta proporção declarando ganhar pouco, principalmente na Paraíba e na Bahia. Em Sergipe e no Ceará, destaca-se também a falta de tempo para estudar devido ao trabalho. No Piauí, muitos alegaram que não gostam de trabalhar.

Gráfico 12 - Porcentagem de pessoas de 5 a 15 anos, segundo o motivo de não satisfação com o trabalho por estado do Nordeste - 2001



Fonte: PNAD 2001.

Tabela 26 - Número e porcentagem de pessoas ocupadas de 5 a 15 anos, por estado do Nordeste, segundo o motivo para não estar satisfeito com o trabalho, 2001

Motivo de insatisfação com o trabalho	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
Trabalho cansativo	50.257	3.138	12.272	3.919	5.073	20.162	18.078	1.683	36.738
	69,47	28,57	25,84	57,14	36,68	41,99	59,38	23,81	50,43
Não tinha tempo para estudar	7.617	1.046	11.145	490	-	2.595	3.330	1.345	3.371
	10,53	9,52	23,47	7,14	-	5,40	10,94	19,03	4,63
Ganhava pouco	5.330	1.569	10.475	490	5.071	8.324	2.380	1.682	21.417
	7,37	14,29	22,06	7,14	36,66	17,34	7,82	23,80	29,40
Não tinha um bom relacionamento com o empregador ou responsável nesse trabalho	-	523	420	-	-	730	-	-	422
	-	4,76	0,88	-	-	1,52	-	-	0,58
Não gostava de trabalhar	6.095	3.661	5.813	1.470	3.227	7.785	5.231	1.010	4.276
	8,43	33,33	12,24	21,43	23,33	16,21	17,18	14,29	5,87
Outro motivo	3.045	1.046	6.941	490	461	8.419	1.428	1.347	6.625
	4,21	9,52	14,62	7,14	3,33	17,53	4,69	19,06	9,09

Fonte: PNAD 2001.

Para saber a influência dos pais no trabalho dos filhos, foi perguntado o principal motivo de as crianças de 5 a 15 anos trabalharem, podendo o informante escolher entre “querer trabalhar” ou “os pais querem que trabalhe”. Mesmo que a Tabela 27 mostre que, no Nordeste, a maioria das crianças quer trabalhar (75%, na área urbana, e 61%, no meio rural), esse resultado pode ter sido superestimado, uma vez que os pais ou responsáveis responderam as perguntas, na maioria das vezes. De acordo com a PNAD 2001, na região Sul, por exemplo, que ocupa o segundo lugar de ocorrências de trabalho infantil, 81% e 62% das crianças e adolescentes disseram querer trabalhar, nas áreas urbana e rural, respectivamente.

A condução dessas crianças ao trabalho passa por alguns condicionantes que, para Corseuil et al. (2001) estão relacionados ao nível de escolaridade dos pais. A alocação do tempo da criança para o trabalho é reduzida quando ele tem pais mais instruídos, havendo mais incentivo para a educação. Somam-se a isso, é claro, a questão da renda, a estrutura da família e outros aspectos da sociedade. Em outras regiões do país, os números não são muito diferentes.

Tabela 27 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com o principal motivo que tinham para trabalhar, no meio urbano e rural da região Nordeste - 2001

Nordeste				
Principal motivo	Urbano		Rural	
	Número	%	Número	%
Querer trabalhar	416.638	75,02	591.287	61,19
Pais querem que trabalhem	138.758	24,98	374.971	38,81

Fonte: PNAD 2001.

Quando se analisa a decisão de trabalhar, em cada ramo de atividade, na região Nordeste (Tabela 28), as proporções de pessoas que trabalham por vontade própria continuam superiores a 50%. Entretanto, pode-se perceber que existe uma diferença bastante perceptível entre os setores econômicos. Por exemplo, no ramo agrícola, registra-se a menor proporção de pessoas que querem trabalhar por vontade própria, cerca de 60,45%. No comércio e serviços, registram-se proporções relativamente maiores, com 70,76% e 84,63%, respectivamente.

Tabela 28 - Número e porcentagem de crianças trabalhando de 5 a 15 anos, de acordo a decisão de trabalhar e o ramo de atividade, no Nordeste - 2001

Ramo de atividade	Quer trabalhar		Pais querem	
	Número	%	Número	%
Agrícola	603.553	60,45	394.820	39,55
Comércio	132.517	70,76	54.766	29,24
Construção civil	12.061	69,80	5.219	30,20
Indústria	61.198	72,12	23.658	27,88
Serviços	165.764	84,63	30.104	15,37
Social	9.839	88,66	1.258	11,34
Outros	22.993	85,49	3.904	14,51

Fonte: PNAD 2001.



Trabalho infantil e educação no Nordeste

A política educacional nos anos 90 baseia-se, em linhas gerais, na: i) reestruturação e reforma do sistema de gestão educacional, para diminuir o desperdício de recursos, tradicionalmente, presente nas ações federais, e aumentar a eficiência da atuação nessa área social; ii) descentralização das responsabilidades sobre a educação, entre as três esferas de governo (Federal, estadual e municipal), principalmente na alocação de recursos; iii) universalização do acesso e focalização naquele público legitimado como mais carente; iv) reordenação dos serviços e dos benefícios, de forma a melhorar a qualidade e gerar impactos redistributivos com a política educacional; v) maior preocupação com a avaliação da qualidade do ensino⁷.

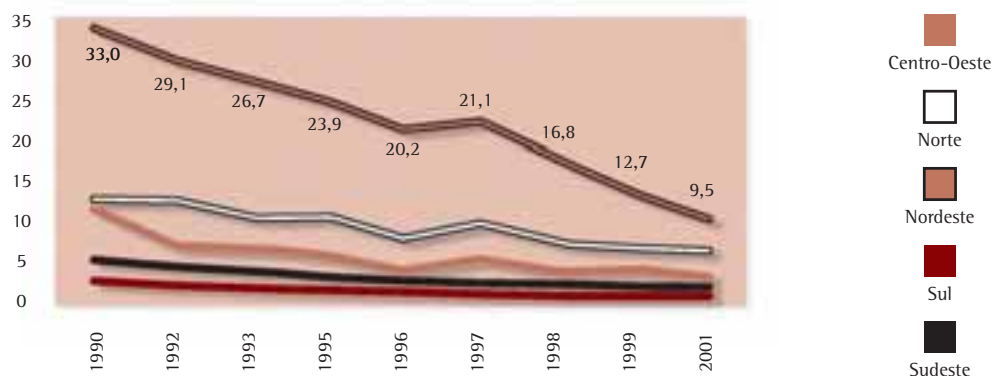
Na concretização desse plano, ocorreram implementações institucionais importantes, que têm favorecido a condução da política educacional. Dentre as mais importantes, após oito anos de debates, destaca-se a aprovação da Lei nº 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) –, em 1996, na qual são institucionalizadas as diretrizes, regras e normas de conduta para orientação da educação, nos seguintes âmbitos de ensino: Básico (educação infantil), Fundamental (1ª a 8ª séries), Médio (2º grau) e Superior.

O Ministério da Educação (MEC), desde 1995, e, mais comprometidamente, a partir da LDB e do Plano Nacional de Educação (PNE), tem tomado iniciativas, no sentido de realizar a descentralização da educação, por meio de uma política de financiamento redistributiva, de assistência técnica pessoal e instrumental, assim como de reforma na gestão e distribuição dos recursos a serem alocados (Castro et al., 2000). No bojo dessas mudanças, o Nordeste tem tido melhoras em seus indicadores de educação, como: a taxa de analfabetismo, o número médio de anos de estudos e a defasagem média de anos de estudo. Entretanto, quando comparado às demais regiões, percebe-se um distanciamento, em termos de escolarização da população. As desigualdades existentes nos níveis e na qualidade educacional entre as regiões brasileiras determinam fortes desigualdades de renda, de qualificação e de desempenho econômico e social (Fernandes, 2001).

O Gráfico 13 mostra a taxa de analfabetismo anual, por região, de 1990 a 2001, para crianças e adolescentes de 10 a 14 anos de idade. Observe que, em todas as regiões, houve uma queda no percentual de analfabetos, ficando os melhores índices com as regiões Sudeste (4,3%, em 1990 e 1%, em 2001) e Sul. Historicamente, a região Nordeste tem apresentado a maior porcentagem de analfabetos, 33% da população, em 1990, reduzindo-se para 9,5%, em 2001, índice ainda bastante elevado.

⁷ Em Castro e Menezes (2003), há uma discussão do plano para educação dos governos, na década de 90.

Gráfico 13 - Taxa de analfabetismo anual das regiões brasileiras, para crianças e adolescentes de 10 a 14 anos - 1990-2001

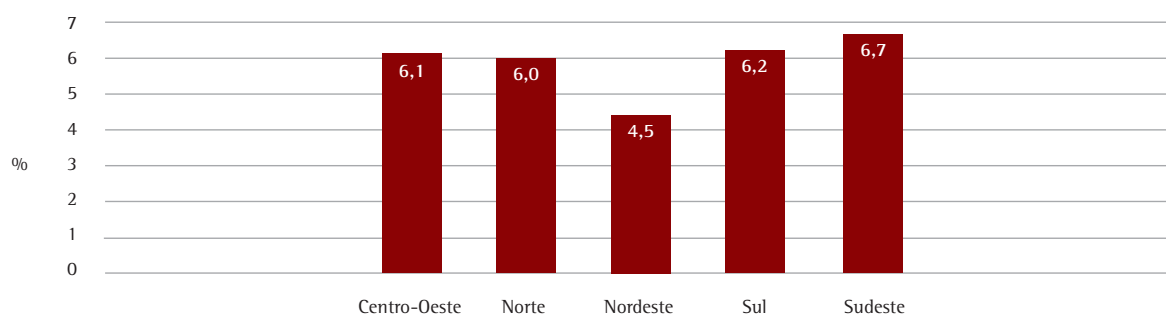


Fonte: IPEADATA.

O número médio de anos de estudo da população de 25 anos ou mais no Nordeste (Gráfico 14) não chega a cinco, sendo o mais baixo, dentre as regiões do país. Além disso, as crianças do Nordeste, de acordo com os gráficos 15 e 16, apresentam as maiores taxas de defasagem de anos de estudo, bem como altas taxas de analfabetismo.

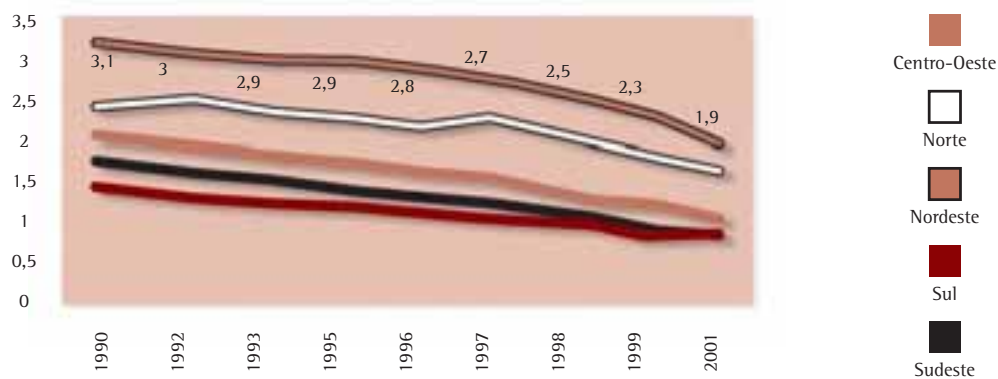
Dado o baixo nível de escolaridade da população do Nordeste, e sabendo que a escolaridade é altamente correlacionada com os ganhos salariais e a ascensão na carreira profissional (ou seja, há uma estreita ligação entre escolaridade e renda), pode-se prever que a região Nordeste manterá os baixos níveis dos indicadores sócio-econômicos já registrados, com relação às outras regiões, como elevada mortalidade infantil, grande número de pobres e indigentes, alta proporção de crianças trabalhando etc. Kassouf (2002) mostrou que crianças de pais mais escolarizados têm menores chances de trabalhar, invertendo essa situação para aquelas crianças que moram em domicílios cujos pais têm baixa escolaridade.

Gráfico 14 - Número médio de anos de estudo da população de 25 anos ou mais, para as regiões brasileiras - 2001



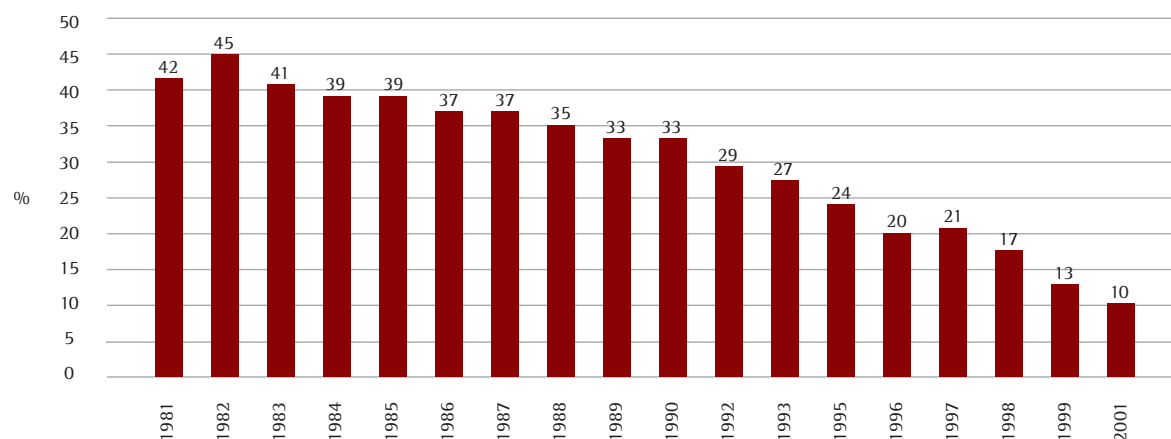
Fonte: IPEADATA.

Gráfico 15 - Defasagem média de anos de estudo, na população de 10 a 14 anos de idade, nas regiões brasileiras - 1990 a 2001



Fonte: IPEADATA.

Gráfico 16 - Taxa de analfabetismo anual para população de 10 a 14 anos, no Nordeste - 1981-2001.



Fonte: IPEADATA.

Alguns estudos abordam os efeitos negativos do trabalho infantil sobre a frequência escolar. Galli (2001) mostra que o trabalho precoce inibe um desenvolvimento educacional adequado, comprometendo o acúmulo quantitativo de educação, que possibilitaria a essas crianças melhores rendas e chances de melhores trabalhos futuros. Emerson e Souza (2003) concluem que crianças trabalhando precocemente, no presente, terão níveis de educação piores e se tornarão pais menos escolarizados, no futuro, obtendo rendas menores. A falta de renda pode levar os filhos a trabalharem, fechando o ciclo de pobreza. A Tabela 29 traz o número e a porcentagem de crianças e adolescentes de 7 a 15 anos, em diferentes categorias, por região. Essas categorias são divididas em: só estuda; não trabalha, não estuda e não

cuida de afazeres domésticos; só cuida de afazeres domésticos; trabalha e estuda; só trabalha. O Nordeste tem a menor porcentagem de crianças só estudando e a maior porcentagem de crianças só trabalhando e trabalhando e estudando, quando comparado às outras regiões. Por outro lado, essa região tem uma das porcentagens mais baixas de crianças que não têm atividades (não trabalha, não estuda, não cuida de afazeres domésticos).

Tabela 29 - Número e porcentagem de crianças e adolescentes de 7 a 15 anos, em diferentes categorias, por região - 2001

Categorias	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sul	Sudeste
Só estuda	1.885.458	7.775.833	1.704.167	3.604.088	10.733.910
	88,39	80,20	87,35	85,25	91,26
Não trabalha, não estuda e não cuida de afazeres domésticos	29.771	207.888	44.071	54.571	172.241
	1,40	2,14	2,26	1,29	1,46
Só cuida de afazeres domésticos	32.356	202.254	46.927	64.615	150.872
	1,52	2,09	2,41	1,53	1,28
Trabalha e estuda	162.788	1.360.387	131.447	446.713	603.814
	7,63	14,03	6,74	10,57	5,13
Só trabalha	22.808	149.169	24.318	57.644	100.671
	1,07	1,54	1,25	1,36	0,86

Fonte: PNAD 2001.
 -Inclui somente crianças com rendimento positivo.
 ** Exclui a área rural de todos os estados, exceto Tocantins.

A Tabela 30 traz o número e a porcentagem de crianças e adolescentes de 7 a 15 anos, em diferentes categorias, por sexo e situação do domicílio, no Nordeste. A maior porcentagem de crianças só estuda, sendo essa porcentagem maior para a área urbana, quando comparada com a rural, e para as meninas, quando comparadas aos meninos. No meio rural, a falta de escolas e de transporte e a baixa qualidade das aulas são alguns dos fatores que explicam a menor porcentagem de crianças na escola. Já as meninas estudarem mais do que os meninos pode ser devido à entrada mais tardia das meninas no mercado de trabalho, comparado-as aos meninos. Na área urbana, 85% dos meninos e 89% das meninas só estudam, enquanto na área rural, são 56% dos meninos e 77% das meninas. A segunda maior porcentagem de crianças e adolescentes enquadra-se na categoria dos que trabalham e estudam, sendo que, na área rural, a proporção é mais de três vezes a da área urbana (37% dos meninos e 16% das meninas, na área rural, 10% dos meninos e 5% das meninas, na área urbana). Essa alta participação de pessoas que trabalham e estudam pode revelar a necessidade de complementação da renda familiar.

Chama a atenção a alta porcentagem de meninos que não estudam, nem trabalham, nem exercem atividades domésticas (3%), sendo essa superior a dos que só trabalham (3,5%, no rural, e 1,2%,

na área urbana). No caso das meninas, em torno de 3% exercem atividades domésticas, sendo equivalente às proporções das que só trabalham e das que não fazem nada.

Tabela 30 - Número e porcentagem de crianças e adolescentes de 7 a 15 anos, em diferentes categorias, no Nordeste, segundo o sexo e a situação do domicílio - 2001

Nordeste								
Categorias	Meninos				Meninas			
	Urbano	%	Rural	%	Urbano	%	Rural	%
Só estuda	2.726.545	84,91	922.390	55,66	2.936.723	89,43	1.190.175	77,11
Não trabalha, não estuda e não cuida de afazeres domésticos	99.560	3,10	45.590	2,75	41.157	1,25	21.581	1,40
Só cuida de afazeres domésticos	28.022	0,87	15.789	0,95	103.117	3,14	55.326	3,58
Trabalha e estuda	316.764	9,86	614.730	37,10	176.727	5,38	252.166	16,34
Só trabalha	40.179	1,25	58.620	3,54	26.066	0,79	24.304	1,57

Fonte: PNAD 2001.

Analisando-se os estados da região Nordeste, na Tabela 31, verifica-se que o Rio Grande do Norte e Sergipe têm a maior porcentagem de crianças só estudando, enquanto o Maranhão tem a maior porcentagem só trabalhando e trabalhando e estudando, com relação aos demais. Bahia e Pernambuco estão em primeiro lugar, em proporção de crianças que não têm nenhuma atividade, e Alagoas tem a maior porcentagem de crianças que cuidam exclusivamente de afazeres domésticos.

Tabela 31 - Número e porcentagem de adolescentes de 7 a 15 anos, em diferentes categorias, por estado da região Nordeste, segundo o sexo e a situação do domicílio - 2001

Categorias	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
Só estuda	953.384	456.026	1.228.758	449.620	593.033	1.223.826	443.365	319.100	2.108.721
	74,26	79,71	80,53	85,87	84,38	79,86	77,80	86,18	80,65
Não trabalha, não estuda e não cuida de afazeres domésticos	21.317	7.845	27.341	12.734	14.753	38.589	18.079	5.721	61.509
	1,66	1,37	1,79	2,43	2,10	2,52	3,17	1,55	2,35
Só cuida de afazeres domésticos	25.891	10.983	32.783	7.837	13.834	43.824	18.545	7.409	41.148
	2,02	1,92	2,15	1,50	1,97	2,86	3,25	2,00	1,57
Trabalha e estuda	254.329	92.044	215.415	48.498	74.236	197.319	81.818	32.314	364.414
	19,81	16,09	14,12	9,26	10,56	12,88	14,36	8,73	13,94
Só trabalha	28.937	5.230	21.547	4.897	6.915	28.926	8.088	5.722	38.907
	2,25	0,91	1,41	0,94	0,98	1,89	1,42	1,55	1,49

Fonte: PNAD 2001.

Discute-se, na literatura, que uma das formas de inibir o trabalho infantil é tornar a frequência escolar obrigatória (Basu, 1998; Galli, 2001). Basu (1998) argumenta ainda que o aumento do engajamento escolar, por si só, é obviamente desejável, mesmo que a criança concilie a escola com o trabalho, em tempo parcial. No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases, sancionada em 1996, estipulou a universalização e obrigatoriedade do ensino para crianças e adolescentes de 7 a 14 anos de idade, com vistas a aumentar o número de crianças matriculadas nas escolas. Essa mudança na política educacional fez com que houvesse uma melhora no número de crianças frequentando a escola, até mesmo entre aquelas que trabalham. A Tabela 32 mostra o percentual de crianças e adolescentes de 7 a 15 anos de idade que frequentam a escola, nas áreas urbana e rural da região Nordeste. A proporção de crianças na escola é alta, com mais de 95% até os 12 anos e 90% ou mais dos 13 aos 15 anos, com exceção de jovens que trabalham. Observa-se que, à medida que a idade aumenta, diminui a porcentagem de crianças frequentando a escola, podendo esse fato estar relacionado ao trabalho infantil, que aumenta com a idade. Em geral, a porcentagem de crianças estudando é maior na área urbana do que na rural, e para os que não trabalham, com relação aos que trabalham.

Tabela 32 - Número e porcentagem de crianças de 7 a 15 anos na escola, estratificados por idade, situação do domicílio e se trabalham ou não, na região Nordeste - 2001

Nordeste								
Idade	Urbano				Rural			
	Crianças que trabalham		Crianças que não trabalham		Crianças que trabalham		Crianças que não trabalham	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
7	5.924	100,00	674.291	95,24	27.020	100,00	288.810	91,55
8	15.010	96,63	680.229	96,71	35.589	97,33	280.497	95,18
9	15.230	92,67	629.756	96,75	59.981	92,65	271.237	95,19
10	26.297	98,05	616.755	97,66	80.984	97,32	253.528	96,88
11	44.907	95,04	608.860	97,63	88.896	96,46	249.165	97,24
12	62.795	94,98	636.904	96,04	136.009	97,00	222.389	95,04
13	78.915	86,74	638.570	95,26	141.468	94,73	210.255	94,73
14	116.858	93,29	612.203	93,29	138.830	86,54	188.835	90,97
15	127.555	83,14	565.700	90,09	158.119	81,08	147.849	85,45

Fonte: PNAD 2001.

Para as crianças de 7 a 15 anos, trabalhando ou não, que não frequentavam a escola, foi perguntado o motivo para tal, as respostas estão na Tabela 33, por região. Em todas as regiões, a maioria das crianças que trabalham respondeu não frequentar a escola porque estava trabalhando ou simplesmente por não querer estudar. Entretanto, a região Nordeste destaca-se, entre as demais regiões, com a maior porcentagem de crianças respondendo não querer ir à escola (43%) e a menor por estar trabalhando (19%). Entre os que não trabalham, no Nordeste, a maioria respondeu que o motivo era não querer estudar (30%), sendo essa proporção alta também nas outras regiões, como Centro-Oeste (29%) e Sudeste (30%). Ainda com relação

a esse grupo, a região Nordeste também apresentou uma porcentagem alta em relação às outras regiões para o motivo falta de dinheiro para manter-se na escola (6,4%). O motivo “doença ou incapacidade” para não freqüentar a escola também foi alto na região Nordeste (17,3%) e Sul (23%).

Tabela 33 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não, de acordo com o motivo principal para não freqüentarem a escola, por região - 2001

Região	Motivo para não freqüentar a escola	Trabalha		Não Trabalha	
		Número	%	Número	%
Centro-Oeste	Ajuda nos afazeres domésticos	321	1,41	1.352	2,18
	Trabalhar ou procurar trabalho	7.895	34,62	1.974	3,18
	Falta de transporte escolar	344	1,51	1.007	1,62
	Falta dinheiro para manter-se na escola	197	0,86	3.554	5,72
	Falta de documentação	1.328	5,82	1.601	2,58
	Não existe escola perto de casa	1.674	7,34	3.002	4,83
	Falta vaga na escola	1.283	5,63	5.469	8,80
	Concluiu a série ou o curso desejado	-	-	517	0,83
	Não tem quem o leve	-	-	-	-
	Doença ou incapacidade	321	1,41	8.846	14,24
	Não quis freqüentar a escola	6.976	30,59	18.056	29,06
	Os pais ou responsáveis não querem que freqüentem	321	1,41	1.158	1,86
	Os pais ou responsáveis preferem que trabalhem	-	-	-	-
	Outro motivo	2.148	9,42	15.591	25,10
Nordeste	Ajuda nos afazeres domésticos	2.267	1,52	13.245	3,23
	Trabalhar ou procurar trabalho	27.997	18,77	8.514	2,08
	Falta de transporte escolar	2.618	1,76	2.404	0,59
	Falta dinheiro para manter-se na escola	4.220	2,83	26.266	6,40
	Falta de documentação	4.033	2,70	23.874	5,82
	Não existe escola perto de casa	6.153	4,12	18.055	4,40
	Falta vaga na escola	2.903	1,95	24.113	5,88
	Concluiu a série ou o curso desejado	761	0,51	-	-
	Não tem quem o leve	762	0,51	2.547	0,62
	Doença ou incapacidade	8.160	5,47	71.101	17,34
	Não quis freqüentar a escola	64.369	43,15	121.635	29,66
	Os pais ou responsáveis não querem que freqüentem	973	0,65	19.940	4,86
	Os pais ou responsáveis preferem que trabalhem	2.630	1,76	-	-
	Outro motivo	21.323	14,29	78.448	19,13
Norte*	Ajuda nos afazeres domésticos	542	2,23	2.427	2,67
	Trabalhar ou procurar trabalho	5.022	20,65	433	0,48
	Falta de transporte escolar	627	2,58	422	0,46
	Falta dinheiro para manter-se na escola	844	3,47	4.181	4,60
	Falta de documentação	753	3,10	7.601	8,37
	Não existe escola perto de casa	597	2,45	4.516	4,97
	Falta vaga na escola	746	3,07	9.857	10,85
	Concluiu a série ou o curso desejado	-	-	494	0,54
	Não tem quem o leve	-	-	155	0,17
	Doença ou incapacidade	1.301	5,35	11.396	12,55
	Não quis freqüentar a escola	9.881	40,63	21.794	24,00
	Os pais ou responsáveis não querem que freqüentem	-	-	3.336	3,67
	Os pais ou responsáveis preferem que trabalhem	791	3,25	290	0,32
	Outro motivo	3.214	13,22	23.925	26,34

Região	Motivo para não freqüentar a escola	Trabalha		Não Trabalha	
		Número	%	Número	%
Sul	Ajuda nos afazeres domésticos	570	0,99	1.549	1,30
	Trabalhar ou procurar trabalho	19.025	33,00	3.637	3,05
	Falta de transporte escolar	4.685	8,13	796	0,67
	Falta dinheiro para manter-se na escola	2.142	3,72	4.314	3,62
	Falta de documentação	572	0,99	2.927	2,46
	Não existe escola perto de casa	3.338	5,79	5.222	4,38
	Falta vaga na escola	1.756	3,05	13.542	11,36
	Concluiu a série ou o curso desejado	1.135	1,97	931	0,78
	Não tem quem o leve	-	-	1.160	0,97
	Doença ou incapacidade	1.902	3,30	27.739	23,27
	Não quis freqüentar a escola	17.295	30,00	28.309	23,75
	Os pais ou responsáveis não querem que freqüentem	1.591	2,76	1.932	1,62
	Os pais ou responsáveis preferem que trabalhem	1.525	2,65	-	-
	Outro motivo	2.108	3,66	27.128	22,76
	Sudeste	Ajuda nos afazeres domésticos	1.051	1,05	9.166
Trabalhar ou procurar trabalho		28.822	28,75	11.952	3,74
Falta de transporte escolar		2.878	2,87	8.423	2,63
Falta dinheiro para manter-se na escola		2.263	2,26	12.851	4,02
Falta de documentação		-	-	5.277	1,65
Não existe escola perto de casa		8.534	8,51	8.060	2,52
Falta vaga na escola		5.333	5,32	35.437	11,07
Concluiu a série ou o curso desejado		857	0,85	2.610	0,82
Não tem quem o leve		-	-	1.228	0,38
Doença ou incapacidade		2.253	2,25	59.481	18,59
Não quis freqüentar a escola		34.068	33,98	97.418	30,44
Os pais ou responsáveis não querem que freqüentem		1.761	1,76	9.699	3,03
Os pais ou responsáveis preferem que trabalhem		3.639	3,63	-	-
Outro motivo		8.797	8,77	58.398	18,25

Fonte: PNAD 2001.

* Exclui a área rural de todos os estados, exceto Tocantins.

Analisando-se separadamente as áreas rural e urbana da região Nordeste, na Tabela 34, observa-se que, no meio rural, a porcentagem de crianças respondendo não freqüentar a escola por falta de transporte e por não ter escola perto do domicílio é bem maior do que na área urbana.

Um estudo do Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo (2003), ligado ao MEC, mostra um perfil da rede de ensino no campo para as regiões brasileiras, dentre elas, o Nordeste, e resalta alguns pontos que merecem atenção na política educacional voltada para o meio rural: número de estabelecimentos, formação dos professores, transporte, estrutura das escolas, qualidade do ensino, perfil das pessoas residentes no campo, entre outros.

Tabela 34 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não na região Nordeste, de acordo com o motivo principal para não freqüentarem a escola - 2001

Principal motivo para não freqüentar a escola	Nordeste							
	Urbano				Rural			
	Trabalha		Não trabalha		Trabalha		Não trabalha	
	Numero	%	Número	%	Número	%	Número	%
Ajuda nos afazeres domésticos	476	0,72	9.202	3,38	1.791	2,16	4.043	2,92
Trabalhar ou procurar trabalho	14.529	21,93	4.507	1,66	13.468	16,24	4.007	2,90
Falta de transporte escolar	-	-	461	0,17	2.618	3,16	1.943	1,41
Faltou dinheiro	1.455	2,20	17.770	6,54	2.765	3,33	8.496	6,14
Falta de documentação	3.272	4,94	17.932	6,60	761	0,92	5.942	4,30
Não existe escola perto de casa	-	-	2.819	1,04	6.153	7,42	15.236	11,02
Falta vaga na escola	1.169	1,76	19.459	7,16	1.734	2,09	4.654	3,37
Concluiu a série ou o curso desejado	-	-	-	-	761	0,92	-	-
Não tem quem o leve	762	1,15	2.028	0,75	-	-	519	0,38
Doença ou incapacidade	2.434	3,67	48.274	17,76	5.726	6,91	22.827	16,51
Não quis freqüentar a escola	31.882	48,13	83.490	30,71	32.487	39,18	38.145	27,58
Os pais não querem	973	1,47	12.045	4,43	-	-	7.895	5,71
Os pais preferem que trabalhem	1.293	1,95	-	-	1.337	1,61	-	-
Outro motivo	8.000	12,08	53.869	19,82	13.323	16,07	24.579	17,77

Fonte: PNAD 2001.

Comparando-se os estados da região Nordeste quanto ao motivo de não freqüência à escola, observa-se, na Tabela 35, que, para os que trabalham, não querer freqüentar a escola e estar trabalhando foram os motivos principais em quase todos os estados, mas, no Maranhão, a não existência de escola perto da casa e a falta de dinheiro para estudar foram os motivos mais importantes alegados pelos entrevistados do que o fato de estar trabalhando. Para as crianças que não trabalham, não querer freqüentar a escola e doença ou incapacidade foram os principais motivos, em quase todos os estados. Porém, a falta de documentação também foi um motivo importante no Maranhão; assim como a não existência de escola perto do domicílio, no Piauí. Destacam-se também: a falta de dinheiro para manter-se na escola, em Alagoas, Sergipe e Bahia; a falta de vagas, em Alagoas e no Ceará; e o fato de os pais não permitirem que freqüentem, em Pernambuco.

Tabela 35 - Número e porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não, de acordo com o motivo principal para não freqüentarem a escola, por estado da região Nordeste - 2001

Estado	Motivo para não freqüentar a escola	Trabalha		Não Trabalha	
		Número	%	Número	%
Maranhão	Ajuda nos afazeres domésticos	-	-	762	1,61
	Trabalhar ou procurar trabalho	2.285	7,90	761	1,61
	Falta de transporte escolar	762	2,63	-	-
	Falta dinheiro para as despesas (de mensalidade, material, transporte, etc), para manter-se na escola	3.046	10,53	3.808	8,07
	Falta de documentação	1.523	5,26	5.329	11,29
	Não existe escola perto de casa	3.808	13,16	762	1,61
	Falta vaga na escola	761	2,63	1.522	3,22
	Concluiu a série ou o curso desejado	761	2,63	-	-
	Não tem quem o leve	762	2,63	-	-
	Doença ou incapacidade	1.524	5,27	15.231	32,26
	Não quis freqüentar a escola	8.375	28,94	9.898	20,97
	Os pais ou responsáveis não querem que freqüentem	762	2,63	-	-
	Os pais ou responsáveis preferem que trabalhem	-	-	-	-
	Outro motivo	4.568	15,79	9.135	19,35
Piauí	Ajuda nos afazeres domésticos	-	-	-	-
	Trabalhar ou procurar trabalho	-	-	-	-
	Falta de transporte escolar	-	-	-	-
	Falta dinheiro para as despesas(de mensalidade, material, transporte, etc), para manter-se na escola	-	-	-	-
	Falta de documentação	1.569	30,00	2.092	11,11
	Não existe escola perto de casa	1.046	20,00	2.615	13,89
	Falta vaga na escola	-	-	-	-
	Concluiu a série ou o curso desejado	-	-	-	-
	Não tem quem o leve	-	-	-	-
	Doença ou incapacidade	-	-	2.615	13,89
	Não quis freqüentar a escola	2.615	50,00	5.230	27,78
	Os pais ou responsáveis não querem que freqüentem	-	-	1.046	5,56
	Os pais ou responsáveis preferem que trabalhem	-	-	-	-
	Outro motivo	-	-	5.230	27,78

Estado	Motivo para não freqüentar a escola	Trabalha		Não Trabalha	
		Número	%	Número	%
Ceará	Ajuda nos afazeres domésticos	497	2,31	1.837	3,06
	Trabalhar ou procurar trabalho	7.094	32,92	2.121	3,53
	Falta de transporte escolar	-	-	-	-
	Falta dinheiro para as despesas (de mensalidade, material, transporte, etc), para manter-se na escola	-	-	3.116	5,18
	Falta de documentação	210	0,97	4.090	6,80
	Não existe escola perto de casa	-	-	2.695	4,48
	Falta vaga na escola	497	2,31	5.145	8,56
	Concluiu a série ou o curso desejado	-	-	-	-
	Não tem quem o leve	-	-	210	0,35
	Doença ou incapacidade	1.204	5,59	12.308	20,47
	Não quis freqüentar a escola	9.502	44,10	15.333	25,50
	Os pais ou responsáveis não querem que freqüentem	-	-	1.911	3,18
	Os pais ou responsáveis preferem que trabalhem	-	-	-	-
	Outro motivo	2.543	11,80	11.358	18,89
Rio Grande do Norte	Ajuda nos afazeres domésticos	-	-	490	2,38
	Trabalhar ou procurar trabalho	-	-	-	-
	Falta de transporte escolar	-	-	-	-
	Falta dinheiro para as despesas(de mensalidade, material, transporte, etc), para manter-se na escola	-	-	1.959	9,52
	Falta de documentação	-	-	1.469	7,14
	Não existe escola perto de casa	-	-	-	-
	Falta vaga na escola	-	-	-	-
	Concluiu a série ou o curso desejado	-	-	-	-
	Não tem quem o leve	-	-	490	2,38
	Doença ou incapacidade	-	-	2.938	14,28
	Não quis freqüentar a escola	2.938	60,00	8.327	40,48
	Os pais ou responsáveis não querem que freqüentem	-	-	-	-
	Os pais ou responsáveis preferem que trabalhem	-	-	-	-
Outro motivo	1.959	40,00	4.898	23,81	
Paraíba	Ajuda nos afazeres domésticos	-	-	1.845	6,45
	Trabalhar ou procurar trabalho	2.305	33,33	461	1,61
	Falta de transporte escolar	-	-	922	3,23
	Falta dinheiro para as despesas(de mensalidade, material, transporte, etc), para manter-se na escola	-	-	922	3,23
	Falta de documentação	-	-	1.383	4,84
	Não existe escola perto de casa	-	-	1.383	4,84
	Falta vaga na escola	-	-	-	-
	Concluiu a série ou o curso desejado	-	-	-	-
	Não tem quem o leve	-	-	-	-
	Doença ou incapacidade	922	13,33	5.994	20,97
	Não quis freqüentar a escola	2.766	40,00	9.683	33,87
	Os pais ou responsáveis não querem que freqüentem	-	-	1.383	4,84
	Os pais ou responsáveis preferem que trabalhem	-	-	-	-
Outro motivo	922	13,33	4.611	16,13	

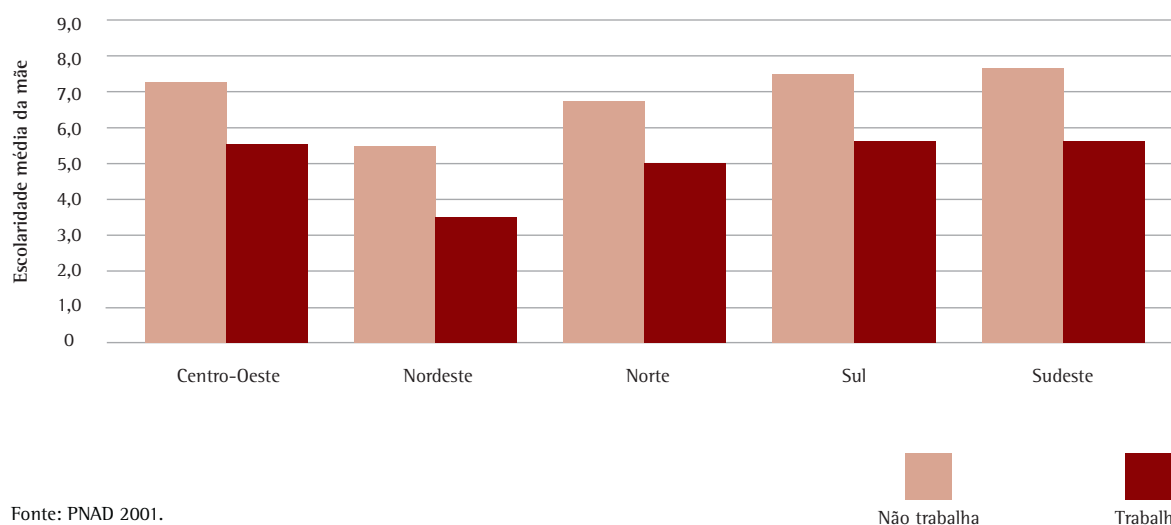
Estado	Motivo para não freqüentar a escola	Trabalha		Não Trabalha	
		Número	%	Número	%
Pernambuco	Ajuda nos afazeres domésticos	-	-	1.768	2,15
	Trabalhar ou procurar trabalho	6.553	22,65	847	1,03
	Falta de transporte escolar	1.038	3,59	519	0,63
	Falta dinheiro para as despesas(de mensalidade, material, transporte, etc), para manter-se na escola	-	-	4.592	5,57
	Falta de documentação	731	2,53	4.596	5,58
	Não existe escola perto de casa	-	-	1.557	1,89
	Falta vaga na escola	-	-	5.556	6,74
	Concluiu a série ou o curso desejado	-	-	-	-
	Não tem quem o leve	-	-	943	1,14
	Doença ou incapacidade	2.594	8,97	12.417	15,07
	Não quis freqüentar a escola	16.337	56,48	31.850	38,65
	Os pais ou responsáveis não querem que freqüentem	-	-	5.920	7,18
	Os pais ou responsáveis preferem que trabalhem	519	1,79	-	-
	Outro motivo	1.154	3,99	11.848	14,38
Alagoas	Ajuda nos afazeres domésticos	951	11,76	1.902	5,19
	Trabalhar ou procurar trabalho	952	11,77	1.426	3,89
	Falta de transporte escolar	-	-	-	-
	Falta dinheiro para as despesas(de mensalidade, material, transporte, etc), para manter-se na escola	-	-	3.330	9,09
	Falta de documentação	-	-	476	1,30
	Não existe escola perto de casa	-	-	950	2,59
	Falta vaga na escola	952	11,77	4.280	11,69
	Concluiu a série ou o curso desejado	-	-	-	-
	Não tem quem o leve	-	-	-	-
	Doença ou incapacidade	952	11,77	3.331	9,10
	Não quis freqüentar a escola	3.331	41,18	11.415	31,17
	Os pais ou responsáveis não querem que freqüentem	-	-	3.806	10,39
	Os pais ou responsáveis preferem que trabalhem	475	5,87	-	-
	Outro motivo	475	5,87	5.708	15,59
Sergipe	Ajuda nos afazeres domésticos	337	5,89	2.020	15,38
	Trabalhar ou procurar trabalho	1.009	17,63	337	2,57
	Falta de transporte escolar	337	5,89	-	-
	Falta dinheiro para as despesas(de mensalidade, material, transporte, etc), para manter-se na escola	-	-	1.009	7,68
	Falta de documentação	-	-	337	2,57
	Não existe escola perto de casa	336	5,87	1.347	10,26
	Falta vaga na escola	-	-	1.011	7,70
	Concluiu a série ou o curso desejado	-	-	-	-
	Não tem quem o leve	-	-	-	-
	Doença ou incapacidade	-	-	2.021	15,39
	Não quis freqüentar a escola	2.695	47,10	1.345	10,24
	Os pais ou responsáveis não querem que freqüentem	-	-	-	-
	Os pais ou responsáveis preferem que trabalhem	672	11,74	-	-
	Outro motivo	336	5,87	3.703	28,20

Estados	Motivo para não freqüentar a escola	Trabalha		Não Trabalha	
		Número	%	Número	%
Bahia	Ajuda nos afazeres domésticos	482	1,24	2.621	2,55
	Trabalhar ou procurar trabalho	7.799	20,05	2.561	2,49
	Falta de transporte escolar	481	1,24	963	0,94
	Falta dinheiro para as despesas(de mensalidade, material, transporte, etc), para manter-se na escola	1.174	3,02	7.530	7,34
	Falta de documentação	-	-	4.102	4,00
	Não existe escola perto de casa	963	2,48	6.746	6,57
	Falta vaga na escola	693	1,78	6.599	6,43
	Concluiu a série ou o curso desejado	-	-	-	-
	Não tem quem o leve	-	-	904	0,88
	Doença ou incapacidade	964	2,48	14.246	13,88
	Não quis freqüentar a escola	15.810	40,64	28.554	27,81
	Os pais ou responsáveis não querem que freqüentem	211	0,54	5.874	5,72
	Os pais ou responsáveis preferem que trabalhem	964	2,48	21.957	21,39
	Outro motivo	9.366	24,07	-	-

Fonte: PNAD 2001.

O Gráfico 17 mostra o número médio de anos de escolaridade da mãe de crianças que trabalham ou não, por região. A escolaridade média das mães de crianças que não trabalham é bem maior do que a escolaridade das que trabalham, em todas as regiões. O Nordeste apresenta os valores mais baixos de escolaridade da mãe, tanto das crianças que trabalham quanto das que não trabalham, e, juntamente com o Sudeste, apresenta a maior diferença entre a média de anos de escolaridade da mãe entre as crianças trabalhadoras ou não (mais de dois anos).

Gráfico 17 - Número médio de anos de escolaridade da mãe de crianças de 5 a 15 anos que trabalham e não trabalham, por região - 2001



Fonte: PNAD 2001.

A tabela 36 mostra a porcentagem de crianças que trabalham ou não, na região Nordeste, de acordo com o nível de escolaridade da mãe. É bem mais elevada a porcentagem de crianças trabalhadoras que possuem mães com menos de quatro anos de estudo, comparada à de não trabalhadoras, indicando que, quanto menor o nível de escolarização das mães, maiores são as chances de a criança trabalhar, ao invés de estudar. O percentual de crianças cujas mães têm 5 anos ou mais de escolaridade é maior entre os não trabalhadores, quando comparados aos trabalhadores, mostrando a importância dessa variável na valorização do estudo e na redução do trabalho das crianças. Kassouf (2002), por exemplo, verificou que a maior escolaridade da mãe reduzia a probabilidade de os filhos trabalharem e aumentava a de eles estudarem.

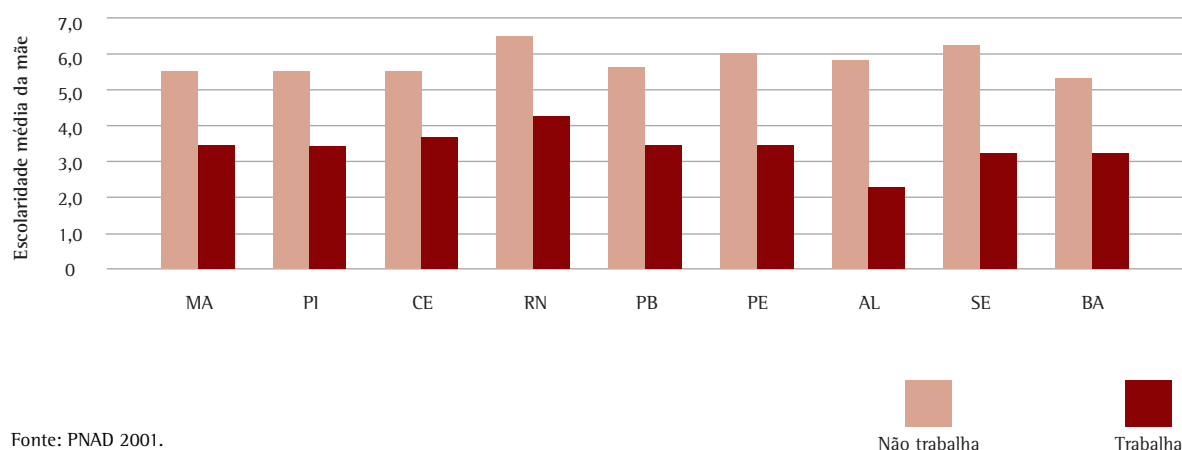
Tabela 36 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando e não trabalhando, no Nordeste, com relação ao número de anos de escolaridade da mãe, por situação do domicílio - 2001

Nordeste								
Escolaridade da mãe	Crianças que trabalham				Crianças que não trabalham			
	Urbano		Rural		Urbano		Rural	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
0 - 4	331.179	70,28	760.024	90,59	3.082.094	48,97	2.206.942	85,74
5 - 8	87.406	18,55	56.520	6,74	1.641.919	26,09	253.655	9,85
9 - mais	52.665	11,18	22.381	2,67	1.569.330	24,94	113.534	4,41

Fonte: PNAD 2001.

No Gráfico 18 está apresentado o número médio de anos de escolaridade da mãe de crianças de 5 a 15 anos que trabalham ou não, por estado da região Nordeste. A escolaridade média das mães de crianças que não trabalham é sempre maior do que a das mães de crianças trabalhadoras. O Rio Grande do Norte apresenta a maior média de anos de escolaridade das mães de crianças que não estão no mercado de trabalho, enquanto Alagoas tem a menor média de anos de estudo das mães de crianças trabalhadoras.

Gráfico 18 - Número médio de anos de escolaridade da mãe de crianças de 5 a 15 anos que trabalham e não trabalham, por estado da região Nordeste - 2001







Programas de transferências de renda para combater o trabalho infantil e incentivar a educação

Atualmente, dentre os programas de transferência de renda mais importantes no Brasil, destacam-se aqueles voltados para o combate ao trabalho infantil e incentivo à educação, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Programa Bolsa Escola, hoje parte do Bolsa Família, que procuram dar condições mínimas às famílias de baixa renda, por meio de transferência de renda, vinculada à frequência escolar das crianças com idade entre 6 e 15 anos pertencentes a essas famílias.

1. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), criado em 1996, tem como objetivo eliminar, em parceria com os diversos setores dos governos estaduais e municipais e da sociedade civil, o trabalho infantil em atividades perigosas, insalubres e degradantes. Destina-se, prioritariamente, às famílias atingidas pela pobreza e pela exclusão social, com renda per capita de até 1/2 salário mínimo, com filhos na faixa etária de 7 a 14 anos que trabalham em atividades dessa natureza.

Nesse sentido, o programa possibilita o acesso, a permanência e o sucesso dessas crianças e desses adolescentes na escola, mediante a concessão às famílias de uma complementação de renda, a Bolsa Criança Cidadã. O PETI também apóia e orienta as famílias beneficiadas, por meio da oferta de ações sócio-educativas. Fomenta e incentiva a ampliação do universo de conhecimentos da criança e do adolescente, por intermédio de atividades culturais, desportivas e de lazer, no período complementar ao do ensino regular, a chamada Jornada Ampliada. O programa estimula a mudança de hábitos e atitudes, buscando a melhoria da qualidade de vida das famílias, numa estreita relação com a escola e a comunidade; estabelece parcerias com agentes públicos que garantam ações de diversos setores, principalmente no que diz respeito à oferta de programas e projetos de geração de trabalho e renda, com formação e qualificação profissional de adultos, assessoria técnica e crédito popular. As famílias contempladas recebem uma mensalidade, e, em contrapartida, as crianças inscritas freqüentam, no mínimo, 85% das aulas no sistema formal de ensino, além de participarem da Jornada Ampliada e de os pais comprometerem-se a não enviar seus filhos ao trabalho. A Jornada

por sua vez, é um programa de educação complementar, sob a responsabilidade do município, realizado fora do horário de aula e não necessariamente na escola. Atualmente, o programa atende cerca de 800 mil meninos e meninas, em 237 municípios de 14 estados, contando com um orçamento de mais de 300 milhões de reais.

2. Bolsa Escola

O Bolsa Escola transformou-se num dos mais amplos programas sociais do mundo, em 11 de abril de 2001, quando foi sancionada a Lei nº 10219, que o instituiu em âmbito federal. Por meio dessa lei, o governo federal passou a apoiar programas municipais de garantia de renda mínima, desde que associados a “ações socioeducativas de apoio aos trabalhos escolares, de alimentação e de práticas desportivas e culturais em horário complementar ao das aulas”, que, de alguma forma, incentivem a permanência da criança na escola, durante o maior tempo possível.

As famílias que têm direito ao benefício são as que possuem membros em idade escolar (entre seis e quinze anos) devidamente matriculados e com frequência maior ou igual a 85% e que têm renda per capita inferior a R\$ 90,00 (noventa reais). A União paga, diretamente ao beneficiário, por meio de cartões magnéticos, R\$ 15,00 (quinze reais), por criança, até o limite máximo de três crianças por família. Os objetivos centrais do Programa Bolsa Escola são descritos por meio de quatro itens, não necessariamente na ordem de importância: i) aumentar a escolaridade e, conseqüentemente, reduzir a pobreza, a longo prazo; ii) reduzir a pobreza, a curto prazo; iii) reduzir a incidência de trabalho infantil; e iv) atuar como uma espécie de rede de seguridade.

Atualmente o programa Bolsa Escola está presente em mais de 5.500 municípios, atendendo cerca de seis milhões de famílias pobres que recebem auxílio financeiro, para manter seus filhos na escola – mais de oito milhões de crianças. Recentemente, houve a unificação dos programas Bolsa Escola, Bolsa e Cartão Alimentação e Auxílio Gás, resultando no programa Bolsa Família. Foi criada a Secretaria de Inclusão Educacional, vinculada ao Ministério da Educação e substituta da Secretaria Nacional do Programa Bolsa Escola, que será responsável, principalmente, pela coordenação e monitoramento do comprometimento das famílias beneficiárias do novo programa em manter seus filhos na escola, bem como pela sensibilização de educadores e da sociedade, para os programas e ações de combate às causas da exclusão social, por meio da educação, por intermédio das atividades do programa Capacitar para Incluir.

Conclusão

Já é fato que a incidência de trabalho infantil no Brasil vem diminuindo, ao longo dos anos. No entanto, ainda existem grandes contrastes regionais, em decorrência das desigualdades sociais e econômicas. A partir dos dados da PNAD, pode-se observar que a região Nordeste, por exemplo, é onde se registra o maior número de crianças e adolescentes trabalhando. Em 2001, mais de um e meio milhão de crianças e adolescentes entre cinco e 15 anos e quase 800 mil jovens de 16 e 17 anos trabalhavam no Brasil, representando 13% e 37% da população nessas faixas etárias, respectivamente. Comparando-se com outras regiões, o Nordeste supera o Sul, o qual tem 10% das crianças de 5 a 15 anos trabalhando, o Norte e o Centro-Oeste, ambos com 7%, e o Sudeste com 5%.

Entre os estados da região Nordeste, observou-se que as maiores proporções estão no Maranhão e no Piauí, com 18% e 14%, do total que trabalha em cada estado, respectivamente. Aqueles com menor frequência de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos trabalhando são Sergipe e Rio Grande do Norte, ambos com 8,5%.

Quando analisada a contribuição dos rendimentos do trabalho das crianças para a renda familiar, constatou-se que, na região Nordeste, em 48% das famílias com filhos de 5 a 15 anos trabalhando e recebendo rendimentos, a contribuição destes é de mais de 20% da renda familiar. Ademais, em 18% das famílias, a contribuição das crianças chega a mais de 40%, sendo essa porcentagem igual a 10%, na região Sudeste; 9%, no Norte; 8%, no Centro-oeste; e 7%, no Sul.

Apesar de a grande maioria das crianças receber, no máximo, meio salário mínimo, quando remuneradas, em todas as regiões (78%, no Centro-oeste; 84%, no Sul; 75,7%, no Sudeste; 94%, no Nordeste; e 80%, no Norte urbano), a região Nordeste é onde se concentra a maior proporção de crianças com os mais baixos rendimentos (94%). Além disso, observou-se também que a grande maioria não recebe pagamento pelo trabalho executado.

O Nordeste também tem a menor porcentagem de crianças só estudando e a maior proporção de crianças só trabalhando e trabalhando e estudando, quando comparado às outras regiões do país. Por exemplo, verificou-se que o Rio Grande do Norte e Sergipe têm a maior porcentagem de crianças só estudando, enquanto o Maranhão tem a maior porcentagem de crianças só trabalhando e trabalhando e estudando, com relação aos demais estados nordestinos. Bahia e Pernambuco estão em primeiro lugar, em proporção de crianças que não têm nenhuma atividade, e Alagoas tem a maior porcentagem de crianças que cuidam exclusivamente de afazeres domésticos. Em praticamente todas as regiões, observou-se também que a maioria das crianças que trabalham respondeu não frequentar escola porque estava trabalhando e também por não querer estudar. Entretanto, a região Nordeste destacou-se, entre as regiões, com a maior porcentagem de crianças respondendo que não vai à escola porque não quer (43%) e a menor, por estar trabalhando (19%).

Com relação à incidência de trabalho infantil, por ramo de atividade econômica, a maior proporção de meninos trabalhadores está na agricultura. Dentre esses meninos, 647.157 ou 94% moram na área rural. É alto também o número de meninas trabalhando, 231.552 ou 82,4%. Para aqueles que residem na área urbana, nota-se que há também uma proporção significativa de trabalhadores no comércio (120.720 ou 34,1%) e no ramo de serviços (100.521 ou 49,9%).

Indagadas se estavam satisfeitas com o emprego que tinham, 81% das crianças que trabalhavam na zona urbana do Nordeste responderam afirmativamente. Na área rural, essa porcentagem foi de 79%. Entre os que responderam que estavam insatisfeitos com o trabalho, a maioria das pessoas da área urbana atribuiu aos baixos rendimentos obtidos com o mesmo (41%) e ao fato de o trabalho ser penoso e cansativo (30%). E, no meio rural, mais da metade das crianças atribuiu a insatisfação ao fato de o trabalho ser cansativo (59%), devendo este estar relacionado com atividades agropecuárias. Pode-se notar que o número de ocupações consideradas perigosas no Brasil é surpreendentemente alto, perfazendo um total de 44% das crianças, nas áreas urbanas, e 31%, nas áreas rurais, entre os que trabalhavam. No entanto, na região Nordeste, que tem a maior incidência de trabalho infantil em relação às demais regiões, observa-se a menor quantidade de crianças e adolescentes em ocupações perigosas (32%), enquanto o Sudeste e Sul registram-se 47% e 43%, respectivamente.

Entre os acidentes de trabalho mais comuns, pode-se constatar que o “corte” ocorreu em praticamente todas as atividades consideradas perigosas. Quanto à prevenção de acidentes, no Nordeste, mais da metade das pessoas de cada ramo de atividade não recebeu qualquer treinamento para evitar acidentes de trabalho, enquanto, no Sul e no Sudeste, observa-se mais da metade das crianças e adolescentes recebendo treinamento.

Quanto ao uso ou não de equipamento de proteção pelos trabalhadores de 5 a 17 anos, os números mostram-se ainda mais discrepantes e preocupantes no Nordeste. Apenas 19% dos trabalhadores da construção civil, 14% dos da agropecuária e 13% dos da indústria utilizavam algum tipo de equipamento de proteção, enquanto essas porcentagens foram bem mais elevadas na região Sul, por exemplo, com 33%, na construção; 48%, no ramo agrícola; e 41%, na indústria.

Referências Bibliográficas

- Barros, R. P. de; Mendonça, R e Velazco, T. **Is poverty the main cause of child work in urban Brazil**. Rio de Janeiro: IPEA, out. 1994 (texto para discussão n. 351).
- Barros, R. P. de e Mendonça, R. S. P. de. **Pobreza, estrutura familiar e trabalho**. Rio de Janeiro: IPEA, fev. 1995 (texto para discussão n. 366).
- Basu, K. e Van, P. H. Economics of child labor. *The American Economic Review*, v.88, n.3, p.412-427, June 1998.
- Brasil. Ministério da Educação e Desporto. Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo. **Referência para uma política nacional de educação do campo**. Caderno de Subsídios. Brasília, 2003.
- Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Inspeção do Trabalho. **Mapa de indicadores do trabalho da criança e do adolescente**. Brasília, 1999.
- Cardoso, E. e Souza, A.P. **The impact of income transfers on child labor and school attendance in Brazil**. São Paulo: USP, 2003.
<http://www.econ.fea.usp.br/elianacardoso/ECONBRAS/cardoso-souza.pdf> (22 out. 2003)
- Castro, J. A. de e Menezes, R. M. **Avanços e limites na gestão da política federal de ensino fundamental nos anos 1990**. Brasília, IPEA. 2003
- Castro, J. A. de; Barreto, A. R. e Corbucci, P. R. **A reestruturação das políticas federais para o ensino fundamental: descentralização e novos mecanismos de gestão**. Rio de Janeiro, IPEA, 2000.
- Corseuil, C. H.; Santos, D. D. e Foguel, M. N. **Decisões críticas em idades críticas: a escolha dos jovens entre estudo e trabalho no Brasil e em outros países da América Latina**. Rio de Janeiro: IPEA, jun. 2001 (texto para discussão n. 351).
- Conceição, Paulo Sérgio de Andrade, Nascimento, Itatyane Bispo de Oliveira, Oliveira, Patrícia Silva et al. **Acidentes de trabalho atendidos em serviço de emergência**. *Cad. Saúde Pública*, Fev 2003, vol.19, no.1, p.111-117.
- Emerson, P. M. e Souza, A. P. **Is there a child labor trap? Intergeneration Persistence of child labor in Brazil**. 2003.

- Ersado, L. **Child labor and school decisions in urban and rural areas: cross country evidence.** IFPRI. FCND, Discussion Paper, n. 145. 2002.
- Faria, Neice Müller Xavier, Facchini, Luiz Augusto, Fassa, Anaclaudia G. et al. **Processo de produção rural e saúde na serra gaúcha: um estudo descritivo.** Cad. Saúde Pública, Jan 2000, vol.16, no.1, p.115-128.
- Fernandes, C. M. **Desigualdade de rendimento e educação no Brasil: alguns indicadores de diferenças regionais.** Econômica, v.3, n.2, p. 231-250, 2001.
- Forastieri, V. **Children at work: health and safety risks.** ILO Child Labour Collection, Ge'eva. International Labour Office, 1997. 138p.
- Ferro, A. R.; Kassouf, A. L. **Avaliação dos impactos do programa Bolsa Escola sobre o trabalho infantil no Brasil.** Piracicaba, 2004. 23p. (mimeo)
- Ferreira, F. H. G. Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional? In: Henriques, R. **Desigualdade e pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro, IPEA, 2000.
- Galli, R. **The economic impact of child labour.** Genebra: ILO Decent Work Research Programme, 2001. 26p. (Discussion Paper, 128).
- Hoffmann, R. 2001. Distribuição da Renda no Brasil: poucos com muito e muitos com muito pouco. In **Economia Social no Brasil.** Ed. L. Dowbor e S. Kilsztajn, Editora SENAC.
- Lima, Maria Imaculada Medina and Câmara, Volney de Magalhães **Uma metodologia para avaliar e ampliar o conhecimento de adolescentes do ensino fundamental sobre acidentes de trabalho.** Cad. Saúde Pública, Fev 2002, vol.18, no.1, p.115-120.
- Kassouf, A L. 2002. **Aspectos Sócio-Econômicos do Trabalho Infantil no Brasil.** Unesco, Ministério da Justiça.
- Neri, M. e Costa, D. **O tempo das crianças.** Ensaio Econômico, FGV. Rio de Janeiro, 2002.
- OIT – Organização Internacional do Trabalho. **Combatendo o trabalho infantil: Guia para educadores.** IPEC. Brasília, 2000.

Rocha, S. 2001. "Pobreza no Brasil: O que há de novo no limiar do século XXI?" *Revista de Economia da ANPEC*. v. 2 n.1, p. 73-106.

Rocha, S. **Trabalho precoce: realidade social e desafio de política pública**. *Nova Economia*, v.2, n. 13, p. 61-80, jul/dez. 2003.

Schwartzman, S. **Trabalho infantil no Brasil**. Brasília: OIT, 2001.

Santana, Vilma, Itaparica, Martha, Amorim, Andréa M. de et al. **Acidentes de trabalho não fatais em adolescentes**. *Cad. Saúde Pública*, Abr 2003, vol.19, no.2, p.407-420.

UNICEF. **Situação da infância e adolescência brasileiras**. 2003.





Organização Internacional do Trabalho
Programa Internacional para Eliminação
do Trabalho Infantil - IPEC

